

Movimiento feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil	Titulo
Tavares, A. G. C. - Autor/a;	Autor(es)
Buenos Aires	Lugar
CLACSO	Editorial/Editor
2015	Fecha
	Colección
Activismo; Políticas públicas; Estado; Movimiento feminista; Prostitución;	Temas
Doc. de trabajo / Informes	Tipo de documento
"http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20151225060933/Clacso_Kirkwood_Maria_Flor_final.pdf"	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Aline Godois de Castro Tavares*

Movimento Feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil¹.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as tensões e disputas acerca do tema da prostituição dentro do ativismo feminista brasileiro, prestando especial atenção à discrepância entre posicionamentos de grandes organizações nacionais sobre o tema e a prática de grupos feministas menos expressivos. O argumento defendido nessa pesquisa é que, apesar do fortalecimento de um discurso hegemônico abolicionista no cenário público, não se pode falar que este seja representativo do feminismo nacional. Há, ao contrário, o crescimento de uma relação de mútua influência entre pequenos grupos feministas regionais e os entidades locais de prostitutas, que, em grande medida motivados pelo debate sobre corpo e sexualidade, vem contribuindo oxigenar o ativismo de prostitutas e de feministas. Ao final, busco entender como essas disputas reverberam no Estado brasileiro e nas políticas nacionais destinadas às trabalhadoras sexuais.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar las tensiones y disputas sobre el tema de la prostitución en el activismo feminista brasileña, con especial atención a la discrepancia entre las posiciones de las principales organizaciones nacionales en la materia y de la práctica de grupos feministas menos significativos . El argumento presentado en esta investigación es que, a pesar de la consolidación de un discurso abolicionista hegemónico en el ámbito público, no se puede decir que este es representante del feminismo nacional. Hay, por el contrario, el crecimiento de una relación de influencia mutua entre pequeños grupos regionales de mujeres y órganos locales de prostitutas , lo que motivó en gran parte por el debate sobre el cuerpo y la sexualidad, ha contribuido oxigenar el activismo de las prostitutas y feministas . Al final, buscamos entender cómo estas disputas reverberan en las políticas estatales y nacionales brasileñas destinadas a los profesionales del sexo .

Resum

The proposal of this research is to analyse the dispute and tension about the prostitution topic inside Brazilian feminist activism, with an special focus on the discrepancy between the major national organizations positions and less expressive feminist groups. The main argument on this research is that, in spite of an increasing hegemonic abolitionist speech in the public scenario, this does not necessarily represent the national feminism. There is, otherwise, an increasing relationship of mutual influence between small regional feminist groups and local prostitute entities, that, mostly motivated by the debate about body and sexuality, comes to strengthen the feminist and prostitute activism. In the end, I try to understand how these

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.

¹ Texto produzido como produto final do **Concurso de Bercas Julieta Kirkwood "Movimientos de mujeres y lucha feminista en América Latina y el Caribe"**, edição 2015.

disputes reflect on the Brazilian Estate and in the national politics targeted to sexual labours.

Palavras Chaves: Movimento Feminista, prostituição, abolicionismo, Feminismo de Estado.

Introdução

É comum a percepção de oposição entre feminismo e movimento de prostitutas, considerados polos antagônicos no debate sobre a prostituição. Entretanto tal oposição de ser melhor analisada, tendo em vista a multiplicidade de relações e posições existente dentro do conjunto do feminismo sobre esse tema.

Nesse texto, a partir da análise do contexto brasileiro, pretende entender a diversidade de posicionamentos sobre o tema da prostituição dentro do ativismo feminista nacional. O argumento central desse trabalho é que no Brasil assistimos à transformação de debate feminista nacional em dois sentidos opostos: por um lado, o fortalecimento do discurso abolicionista dentre de grandes articulações feministas e, por outro, o crescimento de articulações locais e regionais entre pequenos grupos feministas e organizações de prostitutas na luta por direitos trabalhistas das profissionais do sexo.

Apesar de não haver coesão dentro do campo feminista sobre esse tema, entretanto, o discurso feminista abolicionista adquiriu uma ampla visibilidade no cenário público, assumindo status de discurso hegemônico² dentro das instâncias governamentais nacionais. Vários aspectos da política nacional e internacional corroboram para o fortalecimento dessa perspectiva, onde podemos citar a importante parceria estabelecida entre governo e uma determinada parcela do movimento feminista, assim como o fortalecimento das políticas anti-tráfico de pessoas no cenário nacional e internacional.

Ao longo do texto, argumento que no Brasil, partir de 2003, constitui-se um “Feminismo de Estado”, fomentado pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) neste mesmo ano. Este órgão é responsável, em conjunto

² É importante frisar a distinção entre “hegemonia” e “homogeneidade”, entendendo a construção de hegemonia como um complexo jogo político envolvendo disputas entre visões, no qual, ao final, “certa particularidade assume a representação de uma universalidade, sem deixar de ser uma particularidade” (Laclau e Mouffe, 2004:13). Assim, é possível pensar na coexistência entre discursos hegemônicos e outras visões e ações que disputam significado dentro das arenas de debate sobre prostituição.

com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher³ e as Conferências Nacionais das Mulheres⁴, por formular, propor e gerir políticas públicas destinadas às mulheres. Sua criação significou um importante passo para o feminismo nacional ao conseguir inserir com maior clareza na administração pública diversas frentes de trabalho para a inclusão social, política e econômica das mulheres brasileiras.

Do ponto de vista da representação política, entretanto, predominam na SPM a visão e a participação de recursos humanos vinculados à Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁵, sinalizando um diálogo desequilibrado com outras vertentes do feminismo. O “Feminismo de Estado” é marcado, portanto, pela hegemonia de determinada perspectiva feminista no interior do setor público.

Tal cenário contribui para a construção de um discurso abolicionista hegemônico sobre a prostituição nas esferas institucionais (governos, ONG, fóruns, conferências). Conforme nos atenta Piscitelli (2013), a agenda abolicionista é fortalecida no Brasil na primeira década do século XXI, também pela profusão de tratados internacionais e agendas supranacionais, em especial aquelas destinadas a enfrentar o tráfico de pessoas. A agenda anti-trafiquista, com especial destaque à campanha católica “Um Grito pela Vida”⁶ lançada em 2006 e atualizada em 2014 em decorrência da Copa do Mundo, ajudou a organizar e canalizar posicionamentos abolicionistas antes dispersos, dando maior visibilidade a este discurso. Se antes a igreja era um *locus* privilegiado do discurso que pretendia abolir a prostituição da sociedade, esse tema ganha destaque dentro de diversos setores e grupos sociais, incluindo as maiores organizações feministas do Brasil, com especial destaque para a MMM.

³ O Conselho da Condição da Mulher foi criado em 1985 e teve importância fundamental para garantir a inclusão das pautas feministas na Assembleia Constituinte brasileira de 1988. Tal conselho atuou de forma independente até 2003, quando foi acoplado na estrutura administrativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nessa instituição, o Conselho tem caráter consultivo, representativo da sociedade civil. (Pimenta, 2010)

⁴ As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres são espaços de construção coletiva das políticas para as mulheres, onde participam governo federal, estados, municípios e sociedade civil (diferentes movimentos de mulheres e feministas). A SPM já realizou três conferências; a última delas aconteceu em dezembro de 2011. Nas conferências são estabelecidos objetivos, metas, prioridades e ações que orientarão o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

⁵ A Marcha Mundial de Mulheres é um movimento criado em 2000 que tem como foco de atuação a luta mundial das mulheres contra a “pobreza e a violência” feminina. Atualmente está organizada em vários países do Mundo. O secretariado da MMM está no Brasil desde 2006, mais especificamente sob responsabilidade da ONG SempreViva Organização Feminista (SOF), sediada em São Paulo.

⁶ A rede “Um grito pela vida” é uma entidade formada por diversas congregações religiosas da Igreja Católica e tem como objetivo central desenvolver ações de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil. Estabelece parcerias com diversas outras organizações no âmbito municipal, estadual e federal para desenvolver políticas e ações de combate ao tráfico de pessoas, como a campanha Coração Azul.

De forma paradoxal, também assistimos ao fortalecimento de um discurso distinto do abolicionista, partindo de pequenos grupos feministas a partir de 2011. Motivados pelos debates sobre corpo e sexualidade realizados por organizações de prostitutas, jovens feministas vêm estabelecendo uma frutífera relação com esse movimento. Essa aproximação pode ser associada à proliferação de grupos jovens feministas que realizam importantes ações e manifestações utilizando linguagem provocativa e impactante, questionando a classificação dos comportamentos femininos em função de suas roupas ou práticas sexuais.

A relação entre jovens ativistas feministas e organizações de prostitutas produz importante impacto em ambos os movimentos. Por um lado há o fortalecimento de pautas próprias do feminismo dentro das associações de prostitutas. Embora historicamente a maior parte dessas organizações possua uma forte identidade de “grupo de mulheres”, eram mantidas distantes dos espaços de discussões próprios do feminismo. Igualmente importante foi o maior peso dado às discussões sobre corpo e sexualidade feminina, “erotizando” o tradicional debate “trabalhista” realizado pelas prostitutas.

Já para os jovens grupos feministas, a aproximação com organizações de prostitutas colocam o desafio de aprofundar as bandeira desse segmento em suas ações, despertando para a necessidade de trazer para dentro do feminismo o debate sobre prostituição. Assim, esses grupos vêm formulando posicionamentos distintos daquela proposta pela Marcha Mundial das Mulheres e outros setores do feminismo. Há algo de novo nessa configuração, uma vez que tradicionalmente os grupos feministas evitam esse debate, temendo desacordos e rupturas dentro do movimento.

Para esse estudo, foram escolhidas como objeto de análise duas associações de prostitutas brasileiras vinculadas à Rede Brasileira de Prostituta⁷: a Associação Mulheres Guerreiras, da cidade de Campinas (SP) e a Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém (GEMPAC), na cidade de Belém (PA). Este último grupo

⁷ Atualmente, no Brasil, existem três agrupamentos de organizações de trabalhadoras Sexuais: a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), criada em 1987; a Articulação Norte-Nordeste de Profissionais do Sexo (ANNPS) criada em 2014; e o Grupo Mulher, Ética e Liberação (GMEL). A primeira entidade é a de maior repercussão nacional e defende projetos de garantia de direitos laborais e sociais para as prostitutas, bem como atividades voltadas para a desestigmatização da prostituição. A segunda é constituída principalmente por entidades do norte e nordeste, e possui uma linha de atuação próxima à RBP, concentrado suas ações em políticas de enfrentamento ao HIV. Finalmente, o GMEL é um pequeno grupo de São Paulo (SP) vinculado à Pastoral da Mulher Marginalizada e associa-se ao discurso abolicionista, defendendo leis, programas e medidas que auxiliem mulheres a abandonar ou “não entrar” na prostituição.

foi escolhido por ser uma das principais organizações políticas de prostitutas no cenário nacional, além de fundadora do movimento de prostitutas no Brasil. O GEMPAC participa de importantes articulações com diversos setores sociais no Estado do Pará, tanto em diálogo e reivindicação junto ao poder público, quanto na promoção de pequenas ações lúdico-políticas dentro da zona de prostituição. Em especial após 2011, vem crescendo a preocupação dessa organização com a “volta às esquinas” e com a realização de atividades focadas na discussão sobre corpo, prazer e sexualidade feminina como forma de fortalecer a identidade políticas da “mulher puta”.

A Associação Mulheres Guerreiras foi escolhida devido às importantes parcerias que vem estabelecendo com grupos de jovens feministas na cidade de Campinas (SP) como, por exemplo, a Marcha das Vadias. Ao “sexualizar” sua militância, a AMG amplia a pauta da luta pela regulamentação do trabalho sexual de modo a incluir também ações voltadas para o debate sobre o lugar da sexualidade e do prazer dentro do trabalho sexual. Ganha força a identidade da “puta” como categoria política em contraposição à rigidez da denominação “profissional do sexo”, buscando valorizar termos e práticas femininas tradicionalmente marginalizadas para desestabilizar o preconceito e o estigma sobre que envolve trabalho sexual. A coincidência entre as pautas da AMG e de grupos feministas locais faz com que na cidade de Campinas “o feminismo” seja o principal parceiro do movimento de prostituta local.

Por fim, procuro compreender os efeitos dessas novas configurações – a atualização do posicionamento abolicionista dentro das grandes articulações feministas nacionais e o fortalecimento das alianças regionais entre pequenos grupos feministas e organizações de prostitutas – nas esferas de governo e nas políticas do Estado brasileiro voltadas para as prostitutas.

Movimento de mulheres e movimento feminista no Brasil: contexto histórico

Acho que a própria história do feminismo brasileiro aponta para um movimento de quadros e não de massa. Nesse sentido, mesmo que as lutas cotidianas e as mulheres brasileiras do campo popular tenham somado as reivindicações feministas, até

o final da década de 1990 se falava em movimento de mulheres e movimento feminista.

[Magali Mendes, ativista feminista negra de Campina-SP].

A compreensão da trajetória de aproximações e distanciamentos entre organizações de prostitutas e o feminismo brasileiro deve contemplar necessariamente o exame da relação histórica entre movimento de mulheres e movimento feminista, a qual determinou em larga medida o campo de atuação política das mulheres no Brasil.

Embora a distinção entre movimentos de mulheres e feminismo fique menos evidente após a década de 1990⁸, é comum ressaltá-la quando se analisa a história do movimento feminista no Brasil. Podemos afirmar que o pensamento feminista⁹ brasileiro contemporâneo é herdeiro do encontro entre mulheres de camadas médias – motivadas pelas discussões feministas europeias – e grupos de mulheres das periferias dos grandes centros urbanos, marcadas pelo contexto político e econômico que marca o período da ditadura militar¹⁰. Esses dois setores estabeleceram uma relação de aproximação ao longo dos anos 1970 e 1980, nos quais militantes feministas enxergaram nas reivindicações de melhores condições de vida encampadas por grupos de mulheres da periferia, uma oportunidade privilegiada de fortalecimento das chamadas “pautas gerais”¹¹ que animaram o debate político de esquerda nos anos entre 1960 e 1980. Nesse contato, o feminismo soube expandir suas pautas, conectando-as a diferentes realidades. Também ajudou a organizar esses grupos e suas reivindicações, fortalecendo a identidade enquanto movimento de mulheres. Tratou-se de um “movimento circular de mútua influencia” (Sarti, 1988: 40), dotado de singular radicalidade (Carneiro 2003, Soares 1998)¹².

⁸ Conforme abordarei adiante, após a década de 1990 assistimos a transformações importantes no cenário feminista nacional, como a intensa institucionalização do movimento e a formação de grandes articulações feministas nacionais.

⁹ Pensamento feminista é definido por Adriana Piscitelli (2002) como “expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista”. Falar em pensamento feminista, neste sentido, significa conceber a atuação “circular” do movimento feminista, articulando teoria e prática na construção de conhecimentos políticos. Assim, parte-se da teoria para a ação social, que gera novas reflexões e novas teorias. Para Céli Pinto (2010), a capacidade de produzir sua própria reflexão crítica e sua própria teoria é característica peculiar do movimento feminista, devendo ser levada em consideração na análise de sua história.

¹⁰ A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) compreende o período onde o país foi governado pelos militares, que ascenderam ao poder através de um golpe político em 1964 e se mantiveram até 1985, data da realização da primeira eleição indireta.

¹¹ “Pautas gerais” referem-se a temas que priorizam uma visão ampliada de conjuntura, como, por exemplo, a luta contra a ditadura, pela anistia, e contra os sistemas político e econômico vigentes.

¹² Podemos citar várias conquistas significativas do movimento feminista nesse período, como, por exemplo, a importante participação na Assembleia Constituinte de 1988, na qual foram aprovadas

Esta radicalidade também é explicada pela influência da luta contra a ditadura militar nos movimentos de esquerda brasileiros. Diferentemente do feminismo francês, de ênfase na transformação cultural e cotidiana dos comportamentos sociais, no Brasil, o contexto do governo militar impulsionou o vínculo permanente ativismo feminista às questões mais gerais da militância de esquerda. Mesmo após a instituição do “Ano Internacional da Mulher” pela ONU em 1975 (abrindo espaço para grupos feministas que já agiam timidamente nos bastidores), as questões das mulheres foram problematizadas em conexão com a luta pela democratização, pela anistia, pela transformação econômica e pela igualdade social.

A importância do debate sobre a integração de pautas “gerais” e “específicas” na militância política de esquerda impulsionou a aproximação entre ativistas feministas e grupo de mulheres das periferias urbanas. Os grupos formados por mulheres constituíam parte significativa daquilo que chamamos de “movimentos sociais urbanos”, cuja influência sobre a mobilização contemporânea de esquerda é decisiva e extremamente debatida. Àquela época, tratava-se principalmente dos movimentos estabelecidos em bairros e localidades empobrecidas diante do modelo de crescimento excludente patrocinado pelo “milagre econômico” dos anos 1970. Os objetivos primeiros de ação eram o diálogo com o Estado a fim de adquirir equipamentos público para suas comunidades, como creches, moradia, saneamento, saúde, entre outros (Cardoso, 2008).

A intelectualidade feminista enxergou nas pautas desses grupos de mulheres um grande potencial de transformação social, uma vez que possibilitava criticar simultaneamente efeitos do modelo econômico na vida da classe trabalhadoras como um todo, quanto as relações desiguais entre os sexos que emergia quando as mulheres tomavam o espaço público e começavam a refletir sobre sua realidade.

O feminismo ajudou a consolidar a luta dos grupos de mulheres no Brasil e foi ao mesmo tempo transformado por esse movimento. À medida que o ativismo declaradamente feminista adentrava nesses espaços de atuação política, tidos como “marginais”, saíram da invisibilidade as práticas e experiências de amplos setores comumente excluídos da análise da realidade social, iluminando aspectos da vida e dos conflitos sociais geralmente obscurecidos nas formulações intelectuais daquele

aproximadamente 80% de suas pautas, alterando significativamente o status jurídico da mulher no país. Podemos também citar o movimento de mulheres na luta contra a carestia, pelo qual reuniram mais de um milhão de assinaturas contra o modelo econômico adotado pela ditadura.

momento. Nesse sentido, foram sendo progressivamente questionados velhos paradigmas da ação política e construídas novas referências para a mobilização popular.

Desenvolve-se nesse período um aspecto marcante no pensamento feminista contemporâneo: a centralidade da noção de “experiência”¹³ das mulheres, em especial das mulheres de camadas populares, para o direcionamento das ações feministas. Pressupõe-se que essas “experiências” devam ser formuladas/descobertas/enunciadas nos espaços onde as mulheres se apresentam como principais sujeitos políticos, transpondo a fronteira que separa os problemas individuais em direção a uma luta coletiva “das mulheres”. Dentro dessa perspectiva, o conhecimento sobre as situações “experienciadas” pelas mulheres deve associar-se aos objetivos gerais que norteiam o feminismo, como a luta contra o patriarcalismo, contra o autoritarismo e pela superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Apesar da importante parceria entre ativistas feministas e grupos de mulheres, essa relação não esteve isenta de tensões geradas em grande medida pelo descompasso de seus objetivos¹⁴. As organizações de mulheres de periferias surgiram majoritariamente em torno da igreja católica, cuja luta pautava melhoras amplas nas condições de vida de suas comunidades. As Comunidades Eclesiais de Base¹⁵ (células de organização da comunidade católica atuando em consonância com a perspectiva da Teologia da Libertação¹⁶) desempenharam papel fundamental na organização dessas

¹³ Entendo “experiência” como um fenômeno situado onde as práticas, hábitos e discursos de agentes sociais são significados. Parte-se do pressuposto que esses significados não são dados, e sim construídos por esses agentes de forma contextualizada, em um processo reflexivo de situar suas ações em um campo de interpretações. Sobre o caráter não essencialista da noção de experiência, ler Scott (1992). Para entender a construção do sujeito de “experiência” no feminismo, ler Costa (2002).

¹⁴ Cardoso (2008) problematiza a visão mistificada da esquerda em torno dos movimentos populares. Para a autora, a esquerda depositou nesses grupos a expectativa da transformação estrutural do Estado, crendo que a participação popular na cena política traria como consequência a falência do atual modelo de governo. Entretanto, segundo a autora, a proposta desses movimentos não é de ruptura ou transformação, e sim de diálogo e pressão sobre o Estado para disposição e aprimoramento de serviços públicos. Argumenta ainda que o Estado possui grande flexibilidade em atendê-las sem necessariamente sofrer profundas alterações (Cardoso, 2008). Em especial dentro do feminismo, conforme abordarei adiante, em alguns momentos há a incompatibilidade entre a valorização da experiência popular e explicações estruturalistas sobre as opressões sociais (patriarcado, capitalismo, materialismo), gerando alguns conflitos e ambiguidades nas práticas feministas.

¹⁵ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são grupos vinculados à Igreja Católica que surgem ao longo dos anos 1970 e 1980 por toda América Latina e tem como objetivo serem “o lugar de um processo de conscientização dos cristãos em face dos problemas sociais e eclesiais” (Regidor, 1996: 27). Constituem-se como comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, onde realizam leituras bíblicas em articulação com suas vidas, com as realidades sociais e políticas em que vivem, direcionando a reflexão para a ação social (Frei Betto, 1991).

¹⁶ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã desenvolvida após o Concílio do Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968) que afirmava a necessidade de haver uma necessária relação entre teologia e contextos socioeconômicos. Tal teologia afirma-se anticapitalista e advoga a “opção pelos pobres”, situando a religião no campo da superação das desigualdades sociais.

mulheres populares que, em geral, não eram alvo de preocupação do governo militar por serem vistas como excluídas das esferas tradicionalmente consideradas políticas.

Se a igreja foi fundamental para a organização popular nas décadas de 70 e 80, em especial das mulheres, também conferiu um forte cunho religioso ao movimento, reforçando a identidade de mães e esposas e em muitos momentos naturalizando esses papéis. As feministas, por sua vez, influenciadas pelo movimento libertário europeu, questionavam a vida restrita ao mundo privado, articulando temas que extrapolavam a temática das lutas por serviços públicos, como, por exemplo, o tema da violência doméstica, da sexualidade e do aborto.

No sentido de priorizar o protagonismo das demandas populares, as ativistas feministas optaram por uma “política de alianças” (Gonçalves, 2009: 102), estabelecendo parceria com setores progressistas da igreja para a consolidação da luta destes segmentos de mulheres. Para isso, evitaram-se os temas polêmicos e desacordos, deixando as pautas do aborto, sexualidade e planejamento familiar para as discussões internas, feitas em pequenos grupos, sem grandes repercussões públicas.

Esses pequenos grupos autônomos dedicados ao tema da sexualidade também florescem ao longo da década de 1980. São coletivos independentes de partidos, sindicatos e outras organizações políticas e embora não tivessem tanta repercussão pública, promoviam considerável agitação nos circuitos intelectuais. Investem na produção de jornais, promovendo o aparecimento de uma imprensa feminista dedicada aos mais variados temas¹⁷. Abre-se espaço, mesmo que de forma atomizada, para a inserção de novos recortes dentro da categoria “mulher”, acolhendo a discussão sobre as mulheres lésbicas, prostitutas e negras. Dentre os temas de destaque, considerados prioritários, estavam a liberdade sexual e a violência contra as mulheres, sendo que esta última pauta foi largamente responsável por conectar grande parte desses grupos e organizações, dando o tom do movimento institucionalizado ao longo da década de 1990.

Institucionalização: Feminismo (d)e Estado

Ao longo dos anos 1980, o feminismo ganha corpo como movimento próprio. Nesse período há a proliferação de organizações e a formação de quadros de ativistas

¹⁷ Segundo Elisabeth Cardoso (2004), a produção de periódicos feministas no Brasil (revistas, boletins e jornais) ao longo da década de 1980 passou de nove para quarenta e quatro.

com atuação orientada prioritariamente pelo feminismo. Os relatos de ativistas históricas nos aponta a importância da descoberta do feminismo como campo de atuação política:

Eu sou da época da luta contra a ditadura, eu fui do DA [Diretório Acadêmico], do movimento estudantil. [...] Fui presa. [...] Então eu comecei na militância geral, na luta contra a ditadura, pela reforma, pela organização do movimento social, do movimento sindical, pela liberdade democrática. [...] Nos anos 1980 eu vou para o Nordeste e me encontro. Além da luta geral, eu me encontro com o feminismo, e o feminismo para mim mudou a minha vida, e eu digo por que eu passei a ver o movimento social sobre outro olhar. Era importante a luta geral, mas sem o feminismo, sem o lugar das mulheres, sem o lugar da autonomia, do direito das mulheres não era possível haver mudanças reais nessa sociedade. [Joana, AMB] ¹⁸

A trajetória dessa ativista dentro de outras organizações políticas confere ao feminismo uma importante bagagem de mobilização política que rapidamente transparece na agilidade com que o movimento se consolida, incluindo um intenso diálogo com o Estado.

O movimento feminista foi um dos primeiros movimentos sociais a se institucionalizar (Carneiro, 2003), sendo possível perceber uma relação diferenciada com o Estado a partir de 1979, quando são criados os Conselhos da Condição da Mulher, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher¹⁹ e multiplicam-se em todo o país Delegacias da Defesa da Mulher²⁰ (Pinto, 2003).

Outra face da institucionalização é o permanente crescimento do feminismo acadêmico, com a proliferação de núcleos de estudos sobre a mulher e as relações de

¹⁸ Joana é ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras. Entrevista realizada em 22/04/2015.

¹⁹ O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi lançado em 1983 para garantir a assistência integral a todos os problemas de todas as mulheres de todas as faixas etárias. Rompe-se com a lógica de um atendimento setorizado apenas para gravidez. Abre-se espaço para o atendimento clínico, ginecológico e garantias para o planejamento familiar. O Plano foi uma conquista das pressões feministas no âmbito da saúde, mas também veio de encontro à necessidade do Estado em controlar um imenso aumento populacional nesse período. Ver Ministério da Saúde (2010).

²⁰ As Delegacias Especiais da Mulher constituem a primeira grande política pública voltada ao combate à violência contra a mulher no Brasil. A primeira delegacia foi criada, de forma inédita no mundo, em 1985 no município de São Paulo e a experiência logo se multiplicou pelo resto do país. Inicialmente, atendia casos de crimes contra as mulheres, como lesão corporal, ameaças, constrangimento ilegal, adultério, entre outros. Infelizmente, a atuação das delegacias de mulheres no Brasil ainda padece de problemas fundamentais, como a falta de capacitação dos seus funcionários para a questão de gênero, a restrição de funcionamento ao horário comercial e a carência de estruturas adequadas. Grande parte das Delegacias não possui prédio próprio, carceragem ou viaturas disponíveis para apurarem as ocorrências.

gênero. Se nos anos 1970 as ativistas que compuseram as primeiras organizações feministas eram quase todas da academia, há uma gradativa separação entre essas instâncias ao longo da década de 1980, mas, embora não fossem mais coincidentes, ainda permaneceu o fluxo constante entre pesquisa universitária e ativismo (Correa, 1994). Além de constituir-se como importante núcleo teórico de subsídio ao movimento, o feminismo acadêmico teve atuação decisiva na formação técnica (capacitação nas áreas de políticas públicas, legislação e pedagogia etc.) de militantes que atuariam posteriormente em diversas organizações não governamentais (ONG) e órgãos públicos voltados para as mulheres.

A atuação feminista também se fortalece no interior dos partidos políticos após a redemocratização, porém de forma distinta daquela observada nos anos 1960. Segundo Almira Rodrigues (2010), em contraste ao modelo de atuação anterior, no qual a ala feminista preocupava-se em agregar outras mulheres às pautas do partido, a proposta nesse momento era a construção de partidos alinhados à discussão feminista. Um importante exemplo desta transformação foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) ²¹, onde o feminismo contribuiu “decisivamente na constituição da própria estrutura partidária” (Godinho, 1998).

Assim, no início da década de 1990 temos consolidados os campos de atuação do movimento feminista: a universidade como *locus* de construção de conhecimento (um tanto distante das mobilizações feministas e femininas, mas ainda sim em diálogo); espaços importantes dentro do Estado, especialmente os Conselhos da Mulher e as políticas públicas para esse segmento; os partidos políticos, como lugares de desenvolvimento das plataformas feministas.

Entretanto, a face da institucionalização mais marcante desse período – relacionada a todos os campos citados acima – é o processo de fortalecimento de ONGs como representantes do movimento feminista em diálogo com instâncias governamentais e agências de fomento internacional. Segundo Maria da Glória Gohn (2007):

Nos anos de 1990 a conjuntura alterou-se no Brasil. [...] O movimento de mulheres, assim como outros movimentos

²¹ ²¹ O Partido dos Trabalhadores (PT) é o maior partido de esquerda do Brasil. Foi fundado em 1980 sob influência da mobilização dos movimentos sociais populares da década de 1970 e possui ligação estreita com as lutas sindicais e dos trabalhadores. Nesse ano em que escrevo (2015), o PT está há 12 anos no comando da Presidência da República.

sociais, refluíu enquanto mobilizações. Em compensação, ONGs criadas e coordenadas por mulheres multiplicaram-se em todas as classes e camadas sociais tornando-se a forma de representação predominante das mulheres no Brasil. As mulheres passaram a estar presentes em novas arenas, não como movimento social de mulheres, mas como “movimento feminista”. Esse termo passou a expressar a articulação das feministas em práticas institucionalizadas, atuando via ONG, em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos com apoio de organismos internacionais. (Gohn, 2007: 52)

Este contexto de atrelamento dos movimentos sociais às políticas públicas é percebido em várias outras frentes de luta no Brasil, e pode ser atribuído às crises organizativas da classe trabalhadora diante da ofensiva neoliberal que atingiu os países da América Latina pós-ditaduras militares (Dagnino, 2004). A ampliação da atuação das ONGs no Brasil é contemporânea desse momento, gerando controvérsias dentro do movimento feminista, dividido entre aquelas que enxergavam certa despolitização do feminismo e outras que valorizam os avanços que essas organizações trouxeram para as políticas públicas destinadas às mulheres²².

O surgimento da Articulação Brasileira de Mulheres (AMB) em 1994 marca um importante momento dentro do processo de institucionalização do movimento feminista. A AMB é constituída ao longo da preparação para a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada no ano de 1995 em Pequim (*Beijing*)²³. A partir de um intenso movimento de mobilização nacional, esse processo contou com a participação de aproximadamente 4.000 mulheres e com a realização de fóruns e oficinas em vinte e cinco estados brasileiros para a construção da Declaração das Mulheres Brasileiras²⁴.

Por um lado, a criação da AMB solidificou e ampliou o comprometimento do Estado com políticas para as Mulheres, fortalecendo em especial as agendas transnacionais e os acordos supranacionais. Por outro lado, rebateu as críticas que acusavam o movimento institucionalizado de não garantir processos participativos para incluir a representação dos setores populares (Gonçalves, 2009). Assim, a AMB

²² Essa polêmica atravessou outros espaços do movimento feminista na América Latina, estando presente de maneira expressiva nos Encontros Latino-Americanos e Caribenhos de Mulheres ao longo da década de 1990 (Alvares, 2000).

²³ Evento popularmente conhecido como a “Conferência de Beijing”. Considerada a mais importante das conferências, tanto pelo número de participantes quanto pelos avanços programáticos e conceituais de sua plataforma. Mantém-se um parâmetro para a atuação de governos e instituições empenhadas na promoção da igualdade entre as mulheres. Seu tema foi: “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.

²⁴ Documento base para as mulheres brasileiras para a conferência de Beijing. Foi realizado a partir de inúmeras atividades onde foi realizado 22 documentos/diagnósticos que subsidiaram a documento final (Haddad, 2007).

oxigenou o processo de organização feminista, criando espaços de articulação com grupos e organizações que estavam fora da esfera institucional, além de retomar o processo de formação com grupos de mulheres²⁵.

Embora de forma diferente, a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em 2000 também se alinha à tendência de transnacionalização do feminismo. Surge da crítica aos caminhos adotados pela AMB ao privilegiar o diálogo com o governo sem questionar seus pressupostos econômicos. Contestam o demasiado otimismo com as resoluções da ONU, descritas como generalistas e pouco problematizadoras das origens das desigualdades socioeconômicas e se colocam como alternativa ao processo de institucionalização do movimento na América Latina:

A MMM tornou-se, na América Latina e no Caribe, uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade, retomando a ideia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando questões de Gênero e de classe como co-extensivas, e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões, como raça/etnia, juventude etc. (SOF, 2005: 34).

A Marcha Mundial das Mulheres pode ser vista como herdeira das vertentes do feminismo atuantes nas décadas de 1970 e 1980 que buscavam, a partir do diálogo com movimentos de mulheres populares, conectar as chamadas pautas gerais e específicas. A volta às “lutas gerais” foi uma tendência muito importante na proposta desta organização, fortalecida durante sua participação ativa no âmbito do Fórum Social Mundial²⁶. Partindo da noção de que um mundo globalizado exigia que a luta das mulheres também fosse globalizada, a MMM organizou, por exemplo, campanhas contra o impacto da ALCA²⁷ e da Organização Mundial do Comércio (OMC) na vida

²⁵ Em função de Beijing, a AMB mobilizou através de Redes e Fóruns mulheres de 25 Estados, onde foram realizados 91 encontros e oficinas. Grande parte dessas Redes e Fóruns se mantiveram ativos após a Conferência, e ainda hoje são atuantes.

²⁶ O Fórum Social Mundial é um evento mundial organizado por diversas entidades de todos os continentes. Foi proposto como um contraponto ao Fórum Econômico em Davos, e tem a luta anticapitalista com uma de suas diretrizes.

²⁷ Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi um acordo comercial proposto pelas EUA para os países da América Latina para facilitar a livre circulação de mercadorias, dinheiro e investimento entre esses países. Entretanto, devido às desigualdades tecnológicas e econômicas entre os EUA e os demais países, esse acordo também resultaria em prejuízos para os países latino-americanos.

das mulheres. Seu desafio, entretanto, é aliar a luta internacional às pautas nacionais, baseadas nas dinâmicas das mulheres locais²⁸ (Tornquist e Fleischer, 2012).

Atualmente a MMM possui grande importância nacional, possuindo organização descentralizada em diversos comitês ao longo do país. Sua força em articular diversos grupos de mulheres de diferentes setores sociais bem com sua experiência para promover ações em diferentes escalas – regionais, nacionais e internacionais – fizeram com que desde 2000 se constituísse como um dos principais movimentos sociais do país.

Há de se mencionar a estreita relação entre essa organização e o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar da Marcha Mundial ser uma organização oficialmente apartidária, muitas de suas lideranças são também fundadoras do PT, fato que favoreceu o fortalecimento da MMM nas cidades onde o partido era eleito. No município de Campinas (SP), por exemplo, a criação da Coordenadoria da Mulher em 2001, durante a gestão petista de Izalene Tiene²⁹ coincidiu com a estruturação local da Marcha Mundial das Mulheres, quando membros da prefeitura e militantes dessa organização – sendo comum a mesma pessoa acumular as duas qualidades – promoveram ações conjuntas para a realização de oficinas em bairros da periferia e unificaram as diversas mobilizações de mulheres que ocorriam de forma descentralizada na cidade³⁰.

A proximidade entre a Marcha Mundial das Mulheres e a militância do PT é importante para entendermos, por extensão, a relação desse setor do feminismo com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), órgão federal com status de Ministério, ligado diretamente à Presidência da República. A instância foi criada em 2003, no governo do então presidente Lula³¹, sendo atualmente o principal braço do movimento feminista na esfera governamental. Alves e Correa (2010) percebe a criação da SPM como parte de um debate acerca da necessidade de criação de um órgão com perfil executivo e orçamento próprio, capaz de potencializar as políticas para as mulheres, uma vez que constatava-se a debilidade do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres para atingir esta finalidade.

²⁸ Logo na sua primeira ação, em 2000, a MMM reuniu 5000 grupos de 159 países e territórios, entregando um documento para a ONU contendo cinco milhões de assinaturas.

²⁹ Izalene Tiene foi prefeita pelo PT na cidade de Campinas de 2001-2004, assumindo o mandato após o assassinato do Prefeito Antônio Costas (Toninho), também do PT, no dia 11 de setembro de 2011.

³⁰ Entrevista com Ema, militante do PT e da MMM - SP. Campinas, maio de 2015.

³¹ Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) é cofundador e presidente de honra do PT. Vindo do movimento sindicalista e ex-metalúrgico, Lula foi eleito presidente em 2002 e reeleito em 2004. É considerado o presidente com maior índice de popularidade, segundo o Datafolha, um Instituto de Pesquisa Privado fundado em 1983.

O Conselho Nacional foi incorporado à estrutura organizativa da SPM funcionando como órgão colegiado. Dele participam quarenta e uma conselheiras, sendo vinte uma representantes da sociedade civil³², dezesseis governamentais, três de “notório conhecimento nas questões de gênero” e uma conselheira emérita. Apesar da relação entre o movimento feminista e SPM ser descrita por técnicos e ativistas como “uma boa relação”, é comum a existência de alguns posicionamentos críticos a essa instância por integrantes de da AMB e outras organizações que não são vinculadas à MMM³³.

A Marcha Mundial das Mulheres, de modo diferentes, busca não expor críticas públicas ao governo³⁴. Isso não significa que não estabeleçam internamente pressões sobre o Poder Executivo, em especial sobre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, sendo emblemática neste sentido a questão do aborto e as sucessivas batalhas para inserir a temática nas Conferências Nacionais de Política para as Mulheres³⁵. Entretanto, esses embates não ultrapassam os limites das Conferências, suprimindo um aprofundamento da discussão em nome da “governabilidade”, a qual tem se demonstrado a primeira opção dos governos Partido dos Trabalhadores quando defronte de bandeiras que levantou junto aos movimentos sociais em períodos anteriores³⁶.

³² Das vinte uma entidades participantes do CNDM, quatorze são entidades na categoria “Redes e Articulações Feministas e de Defesa dos Direitos das Mulheres”, sete são entidades na categoria “Organização de Caráter Sindical, Associativista, Profissional ou de Classe”. IN: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf>

³³ São vários os exemplos das críticas da AMB à SPM, destaco em especial a crítica ao não cumprimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a pouca disposição em se disputar de forma combativa mais recurso junto dentro do aparelho do Estado para a implementação dessas ações (Oliveira, 2010).

³⁴ Há uma evidente postura de proteção dessa parcela do movimento feminista ao governo. De modo geral, as únicas críticas e manifestações públicas feitas por esse segmento ao governo se aplicam quando há leis propostas por partidos e legisladores que não fazem parte da PT. Podemos citar como exemplo a relutância desse movimento de questionar as ações da mega obra de Belo Monte, uma usina que irá gerar imensos impactos sociais e ambientais na floresta amazônica. A Belo Monte é um dos principais projetos do governo federal para o “desenvolvimento econômico”. No entanto, uma das ações da MMM é contra a mineradora privada Vale do Rio doce, cuja extração de minérios causa tantos – ou menos- impactos sociais e ambientais do que a obra governamental. Sobre a campanha da MMM contra a Vale do Rio doce, ver em “Fora Vale: MMM realiza ação contra multinacional durante o encontro”. 28 de agosto de 2013.

³⁵ A conferência de 2004 trouxe êxito em inserir a temática do aborte em suas metas revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez e propõem como meta a redução em 5% no número de complicações de aborto atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Nogueira, 2013). Já na Conferência de 2007 houve uma manobra realizada por gestoras da SPM, também integrantes da MMM, para retirarem do texto final da conferência os tópicos que propunham ações no sentido de rever a legislação punitiva contra o aborto (Entrevista com Sarah, ex-técnica da SPM. Maio de 2015).

³⁶ Durante as eleições presidenciais de 2010, por exemplo, houve um intenso debate sobre a posição histórica assumida pela então candidata à presidência pelo Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, a favor da descriminalização do aborto. Nesse momento, tanto a candidata quanto o Partido assinam uma carta colocando-se contra o aborto e defendendo a manutenção do conteúdo legal atual sobre o tema, comprometendo-se a não promover nenhuma iniciativa que “afrente a família” (Pires, 2010).

Essa relação ambígua entre partido e movimento social aprofunda-se conforme cresce o número de cargos comissionados da Secretaria de Políticas para as Mulheres preenchidos por militantes que atuam simultaneamente na Marcha Mundial e no Partido dos Trabalhadores. Até 2011, havia uma configuração “mista” dentro da SPM, que comportava “técnicas”³⁷ e “partidárias” nos cargos comissionados. De acordo com uma colaboradora, este quadro possibilitava a abordagem de temas que não estavam diretamente vinculados às pautas do PT ou da MMM, como o aborto ou prostituição³⁸. Entretanto, a partir de 2011, com a entrada de Iriny Lopes (PT-ES)³⁹ no cargo de Ministra da SPM, há a troca de funcionárias “técnicas” por outras do campo feminista do PT, diminuindo a capacidade do órgão em trabalhar temas não condizentes com as agendas da MMM, e principalmente, do próprio Partido dos Trabalhadores.

Essas questões, aliadas à grande experiência política e forte poder de mobilização de suas militantes, fazem com que a Marcha Mundial das Mulheres configure-se atualmente como a mais relevante organização feminista em território nacional, sendo frequentemente considerada “a” representante “do” posicionamento feminista brasileiro, por vezes encobrando a pluralidade de posicionamentos que constituem a prática feminista no Brasil.

O Fortalecimento do Abolicionismo e o Movimento de Prostitutas

Pode-se considerar que o movimento de prostitutas é herdeiro da agitação política que caracterizou o período da “redemocratização” brasileira, correspondente ao fim da década de 1970 e início dos anos 1980. Assim como outros grupos de mulheres populares constituídos naquele momento, essas organizações contaram com apoio decisivo de setores progressistas da igreja para sua germinação e desenvolvimento.

Desde a década de 60 algumas prostitutas já realizavam ações com intuito de fomentar a mobilização e o engajamento de suas companheiras de trabalho dentro das zonas⁴⁰ quando encontraram a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM)⁴¹ e

³⁷ Técnica é o termo utilizado para descrever as profissionais cuja atuação não é identificada pelo critério de militância política, e sim pelo conhecimento específico sobre determinado assunto. Geralmente são mulheres universitárias especialistas em estudos sobre as mulheres.

³⁸ Entrevista Sarah, ex-técnica da SPM. Maio de 2015.

³⁹ Iriny Lopes é uma das fundadoras do PT e foi eleita como deputada estadual pelo estado do Espírito Santo em 2002, 2006 e 2010. Assumiu o cargo de Ministra da SPM de 2011 a 2012.

⁴⁰ Lourdes Barreto, fundadora do GEMPAC, relata a prática nesse período de realizarem greves contra cafetinas. Essas ações consistiam em todas as prostitutas atrasarem pelo menos duas horas para

estabeleceram as primeiras relações de parceria política ao longo dos anos de 1960 e 1970. Lourdes Barreto, uma das fundadoras do movimento de prostitutas brasileiro e ativistas do Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará (GEMPAC), nos fala dessa parceria:

Não dá para falar de movimento de prostituta sem falar de Pastoral da Mulher Marginalizada, porque através da Pastoral da Mulher Marginalizada nós despertamos para se organizar politicamente. [...] Mas tinha momentos que a gente amava e beijava [a pastoral] e tinha momentos que a gente odiava, porque a gente queria ter autonomia né? Todo ser humano quer ter autonomia, e a gente não tinha autonomia⁴².

Apesar de recorrentes conflitos que acompanham ainda hoje a relação entre movimento organizado de prostitutas e PMM⁴³, esta instituição religiosa foi importante para garantir assistência às mulheres prostitutas em momentos nos quais outras organizações políticas e movimentos sociais não estavam presentes. Foi com o apoio da Pastoral que ativistas prostitutas iniciaram articulações e ações contra as diversas arbitrariedades do Estado em contextos de prostituição desde a década de 1960⁴⁴.

É necessário ressaltar a importância da luta contra a violência institucional, em especial da policial, no fortalecimento da organização de mulheres e travestis prostitutas em todo o Brasil⁴⁵. O início do movimento é marcado por manifestações de denúncias às agressões e torturas cometidas pela política, eventos que mobilizavam grande rede de apoio.

Podemos citar como exemplo a passeata organizada por mulheres e travestis em 1979 para denunciar as torturas e arbitrariedades cometidas pelo então delegado Wilson Riceti contra as prostitutas que trabalhavam na “boca do lixo”, zona histórica da

começarem seu expediente. Também relata as mobilizações que faziam quando colegas eram presas de forma arbitrária.

⁴¹ As pastorais são órgãos da Igreja Católica responsáveis por vincular a ação ministerial ao trabalho comunitário. No caso brasileiro, constituíram estreita relação com as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), instâncias similares, porém mais permeáveis à participação de leigos. As CEBs foram o principal meio de transmissão da Teologia da Libertação, estendendo assim sua influência sobre a ação pastoral. A Pastoral da Mulher Marginalizada atua desde 1963 com o objetivo de “ser presença solidária, profética, e evangélica junto à mulher em situação de prostituição”. In: Blog da PMM.

⁴² Entrevista Lourdes Barreto, 27 de abril de 2015.

⁴³ Sobre a relação entre movimento de prostituta e Pastoral da Mulher Marginalizada, ler Skackauskas (2014).

⁴⁴ Um evento singular nesse período foi o fechamento da zona de prostituição de Belém (PA) em 1970 pelo governo militar. As mulheres ficaram ilhadas dentro do bairro e tiveram suspenso seu direito de ir e vir. Nesse momento, com a ajuda da PMM, Lourdes Barreto foi até Brasília entregar um mandato de segurança para reabrir a Zona. Sobre esse episódio, ler Dias Junior (2014).

⁴⁵ Sobre a história de violência institucional infringida contra áreas de prostituição em diferentes épocas e contextos ler: Tavares (2014), Olivari (2013), Ramos (2015), Murray (2014).

prostituição paulistana. Esta passeata contou com o apoio de representante de diversas organizações políticas como, por exemplo, a Associação de Mulheres⁴⁶, setores do Movimento Negro, LGBT, associações de advogados, partidos políticos etc., resultando um marco do movimento de prostitutas no Brasil. Além de visibilidade a nível nacional⁴⁷, a ação logrou conquistar uma resposta imediata do governo estadual paulista, que substituiu o então delegado Riceti. Segundo Corrêa e Olivar (2013), a mobilização abriu espaço para que a prostituição fosse incluída na agenda da democratização brasileira.

Após a passeata, e no bojo da redemocratização, diversas organizações de mulheres buscaram estabelecer diálogo com as prostitutas, em uma iniciativa de inseri-las nas pautas das mulheres das periferias urbanas. É neste contexto que Gabriela Leite, personagem fundamental do movimento de prostitutas, ganha visibilidade:

Teve um encontro que a Benedita da Silva – a primeira vereadora negra aqui do Rio [de Janeiro] – estava fazendo e que se chamava ‘Mulheres de Favela e Periferia’, onde nós fomos convidadas para falar. Foi a primeira vez que falei em público. E foi aquela história: ‘oh meu Deus! Uma prostituta que fala’. [...] Nesse encontro eu fui convidada para uma reunião da Pastoral onde conheci uma pessoa de imensa importância para mim e para o movimento de prostitutas, que é a Maria de Lourdes Barreto. [...] E nós começamos a conversar sobre isso e a gente foi muito mal tratada nesse encontro da Pastoral, porque elas queriam que a gente sáisse da prostituição. Eu dizia: ‘Lourdes, vamos embora desse negócio, vamos fazer nosso próprio movimento’⁴⁸.

Através da ajuda de um amigo pastor da Igreja Presbiteriana, pertencente ao Conselho Mundial de Igreja em Gênova, Lourdes Barreto e Gabriela Leite angariaram recursos para realizarem o I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, de onde surgiu a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Desse Encontro, participaram representantes de 16 estados, e logo o movimento ganhou força devido à parceria com o Ministério da Saúde, que destinou recursos para essas organizações através de programas voltados

⁴⁶ Associação criada após o II Encontro da Mulher Paulista em março de 1980 pelas ativistas que defendiam o engajamento do feminismo às pautas específicas (Gregori, 1993).

⁴⁷ No arquivo da ONG DAVIDA, organização de prostitutas do Rio de Janeiro, há diversos recortes de jornais informando sobre a passeata de 1979. Pelo menos nesta fonte, foram encontradas notícias em jornais de Goiás, Acre, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

⁴⁸ Transcrição de parte da entrevista de Gabriela Leite para os extras do filme “Um beijo para Gabriela” (2010)

para o enfrentamento ao HIV no país⁴⁹. Em 2002, já haviam 18 associações de prostitutas devidamente registradas em cartórios, além de 65 núcleos informais, alguns em processo de elaboração de seus estatutos e outros sem registro como associação devido às dificuldades com cartórios que, por questões morais, não aceitavam legalizar esses grupos (Ministério da Saúde, 2002).

O I Encontro foi intitulado “Fala Mulher da Vida”, alusão a uma bandeira cara ao movimento: a necessidade das prostitutas serem ouvidas como sujeitos de fala, e não como vítimas. Desde seus primeiros encontros, a Rede reafirmou uma perspectiva trabalhista sobre a prostituição, ou seja, o entendimento dessa ocupação como trabalho legítimo e próprio de direitos. Também atuou no fortalecimento das bandeiras da cidadania e da luta contra o estigma contra as prostitutas.

Atualmente existem aproximadamente 16 organizações de prostitutas no Brasil alinhadas com essa perspectiva, distribuídas em duas entidades principais: a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Articulação Norte Nordeste de Profissionais do Sexo (ANNPS). Há ainda o Grupo Mulheres e Libertação (GMEL), organização vinculada à Pastoral da Mulher Marginalizada, que se posiciona de forma contrária à RBP e a ANNPS⁵⁰, no que diz respeito às medidas que busquem o reconhecimento profissional da prostituição. Além disso, é importante destacar a atuação de ativistas autônomas, militando principalmente através de redes sociais na *internet* e, em sua maioria, defendendo a prostituição como direitos sexual⁵¹.

A história da formação do movimento de prostitutas nos indica que a efervescência dos movimentos de mulheres ao longo da década de 1980 foi determinante na abertura da cena política para a voz de mulheres prostitutas, muito embora essas não fossem reconhecidas como legítimas quando deixavam de abordar a temática da violência – em especial a policial – e começavam a falar de direitos.

Essa contradição é especialmente visível na atuação da Pastoral da Mulher Marginalizada. Distintamente da relação estabelecida entre a maioria das demais pastorais do Brasil e suas frentes de atuação, a PMM é considerada uma força antagônica às reivindicações das organizações de prostitutas no Brasil⁵². Como analisamos na sessão anterior, o trabalho das CEBs e das pastorais foram importantes

⁴⁹ Abordarei na próxima sessão a relação entre movimento organizado de prostitutas e políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS;

⁴⁹ Sobre a relação entre GMEL, Pastoral da Mulher Marginalizada e RBP, ler Skackauskas, 2014.

⁵¹ Sobre a abordagem da prostituição como um direito sexual ler Olivar 2012.

⁵² Com exceção do grupo GMEL, alinhada ideologicamente com a PMM.

para a consolidação de movimentos sociais populares a partir de seu próprio protagonismo. Isso porque se partia da premissa cara aos movimentos de cunho marxista-popular: a autonomia⁵³. Nesse sentido, valorizava-se a auto-organização dos setores considerados “excluídos” e seu poder de “autodeterminar” sua luta e suas bandeiras, como se viu na formação do trabalho das pastorais da terra, dos operários, negra, dentre outras.

A diferença do tratamento dado pelas pastorais à questão da prostituição pode ser relacionada ao forte aspecto vitimizador do discurso abolicionista quando orientado para pensar a questão das mulheres. Como nos atenta Popinigis e Schettinni (2009), o fim da escravidão⁵⁴ motivou leituras sociais sobre diferentes realidades como um contínuo de tradições escravocratas. Vários grupos de trabalhadores no início do século XX, aproveitando-se do forte sentimento de que “o tempo da escravidão” era algo que o país queria esquecer, apropriaram-se de discursos abolicionistas para pautarem suas reivindicações. Entretanto, como destaca a autora, o discurso abolicionista recebe uma grande inflexão de gênero neste período: se para os trabalhadores urbanos associar suas condições de trabalho à escravidão fortaleceu sua auto-organização e a luta por melhores condições de trabalho e salário, para as prostitutas significou a construção de um discurso vitimizador e estigmatizando sobre suas vidas.

Esse discurso é fundante da vertente abolicionista, que orienta os ordenamentos jurídico-políticos sobre a prostituição no Brasil e que perpassa em grande medida as ações das entidades religiosas e filantrópica que se preocupam com a temática da prostituição. Dentro deste discurso, prostituição é sinônimo de escravidão, não sendo possível reconhecer direitos dentro dessa condição. É importante destacar que esse movimento não conta com o protagonismo das sujeitas interessadas, diferente dos escravos negros e de outros movimentos de trabalhadores que se reconheciam na condição de escravizados.

Dentro do feminismo, por sua vez, apesar do discurso abolicionista possuir ecos dispersos, até o início dos anos 2000, não era organizado de forma suficiente para disputar espaço no debate público. Até esse momento, era possível identificar manifestações dispersas de ativistas feministas, tanto em apoio ao recém criado

⁵³ Sobre a noção de autonomia no debate feminista, ler Pateman (1996). A autora discute a diferenciação entre igualdade e autonomia, defendendo a última como fundamental para o feminismo. Aponta ainda que a igualdade não remete a uma desestabilização das relações de poder vigente, nem necessariamente a uma transformação conjuntural da realidade. Já a autonomia pressupõe a desestabilização das relações de poder, empoderando as mulheres para sua autodeterminação.

⁵⁴ O Brasil foi o último país no mundo a abolir a escravidão negra em 13 de maio de 1988.

movimento de prostitutas⁵⁵ quanto em oposição às reivindicações da Rede Brasileira Prostituta pelo reconhecimento legal da profissão⁵⁶. Entretanto não se tratavam de campos organizados, refletindo antes posicionamentos individuais de ativistas do que orientações coesas de grupos e correntes feministas (Olivar e Skackauskas, 2010).

Esse quadro passa a transformar-se a partir da reorganização do feminismo, onde observamos a formação de grandes articulações nacionais – MMM e AMB - que valorizam agendas transnacionais e globais de cunho humanitaristas. O debate sobre Tráfico de Pessoas é um desses temas que tomou novo fôlego no cenário internacional a partir da primeira década do século XXI⁵⁷, e que foi fundamental para instrumentalizar e organizar o debate abolicionista no Brasil, em especial dentro dos discursos hegemônicos do feminismo.

É possível interpretar que a visão abolicionista conseguiu organizar-se e fortalecer-se através dos investimentos políticos e financeiros das políticas anti-tráfico, adquirindo hegemonia dentro das arenas públicas de debates sobre tráfico de pessoas. O fortalecimento dessa perspectiva contou também com uma grande campanha midiática que se articulou ao trabalho de ONGs e entidades empenhadas no combate ao turismo sexual, à exploração de crianças e adolescentes e nas campanhas contras os impactos negativos dos megaeventos e grandes obras nacionais. Essas campanhas veicularam inúmeras imagens caricaturadas e estereotipadas da prostituição, tratando de forma indiscriminada o trabalho sexual, o tráfico de pessoas, a exploração sexual de crianças e turismo sexual (Piscitelli, 2014; Beleli e Olivar, 2011; Blanchette e Silva, 2012; Luna, 2015). Essas distorções são favorecidas pelas confusões geradas na definição e aplicação das políticas de enfrentamos ao tráfico de pessoas. Como destaca Piscitelli

⁵⁵ Piscitelli (2013) e Corrêa e Olivar (2014) destacam alguns movimentos de aproximação entre ativistas feministas da temática da prostituição, especialmente aquelas pertencentes a grupos autônomos dedicados às chamadas “pautas específicas”. Essas ativistas produziam uma visão mais positiva da prostituição, expressa na produção de filmes e jornais que escapavam da imagem de mulher “desgraçada” (Piscitelli, 2013b: 121).

⁵⁶ III Encontro da Rede Brasileira de Prostituta, em 1994, Gabriela Leita fala do convite recebido para participar de uma conferencia sobre as modificações do Código Penal no que se refere às mulheres, e como a opinião deste movimento foi completamente ignorada e até mesmo criticada pelas “feministas”. Conferir em “Atas do Terceiro Encontro de Profissionais do Sexo”. Arquivo DAVIDA p. 99

⁵⁷ As atuais políticas de enfrentamento a oTráfico de Pessoas são herdeiras dos debates realizados no final do século XIX e início do XX sobre o “tráfico de mulheres brancas”, preocupados com a migração de mulheres brancas do leste Europeu e EUA para a América Latina para exercerem o trabalho sexual. Esse fluxo mobilizou grandes esforços internacionais já nessa época, investindo em tratados para coibir tal prática como o: Tratado Internacional para a Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas (1904); a Convenção Internacional para a supressão do Tráfico de Mulheres e crianças (1921); a Convenção Internacional para a supressão do Tráfico de mulheres de Todas as Idades (1933); a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição e Outrem (1949). http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10177/10177_3.PDF

(2008) o principal tratado internacional sobre o tema, o Protocolo de Palermo, trouxe avanços importantes em relação às antigas formulações sobre “tráfico de pessoas”, na medida em que extrapola a preocupação com “tráfico de mulheres para a exploração sexual” e incorpora outras formas de crimes, como o tráfico para o trabalho escravo ou forçado e para extração de órgãos. Também é significativo o esforço de conter medidas protetivas às vítimas, uma novidade nesse tipo de política.

Entretanto, em território nacional, as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas são reconfiguradas, gerando disputas entre atores políticos diversos (Piscitelli e Lowenkroll, 2015; Olivar, 2015). Uma importante brecha para confusões na aplicação dessa política é a incompatibilidade entre o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas no Brasil e o Código Penal Brasileiro. O Plano Nacional está alinhado com o Protocolo de Palermo e define tráfico de pessoas de uma forma mais ampla, incluindo os crimes de tráfico para trabalho escravo, tráfico de órgãos e tráfico para exploração sexual. É importante destacar que, segundo esses ordenamentos, para se configurar “exploração sexual” deve haver coerção, violência ou abuso⁵⁸. Já no Código Penal o crime de tráfico de pessoas continua sendo exclusivo para tipificar o tráfico para fins de “exploração sexual”, sendo esta definida mesmo quando não há coerção ou violência⁵⁹. Isso significa dizer que segundo o Código Penal, toda pessoa que se desloca dentro e fora do território nacional para exercer a prostituição, independente se foi coagida ou forçada, pode ser tipificada como envolvida em um caso de “tráfico de pessoas”⁶⁰.

Algumas entidades tradicionalmente abolicionistas se aproveitaram dessa ambiguidade entre os ordenamentos legais para produzirem informações e números sobre tráfico de pessoas de forma indiscriminada. Em 2005, a ONG DAVIDA, uma das

⁵⁸ Segundo o Protocolo (ONU, 2000), por “tráfico de pessoas” entende-se “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, *recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação*, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração” (art. 3º, a). Deve-se entender por “exploração”, segundo o Protocolo, “no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”. (Grifos da autora)

⁵⁹ Há dois artigos no Código Penal destino a regular o Tráfico de Pessoas: Art. 231-promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro; Art. 231-A promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

⁶⁰ Houve uma reforma no Código Penal em 2009 afim de melhor adequá-lo ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Entretanto, segundo Piscitelli (2012) essa reforma apenas aumentou a ambiguidade da legislação sobre o significado de “exploração sexual”, transformando no texto legal esse conceito como sinônimo de prostituição.

principais organizações de prostitutas brasileiras, escreve um artigo acusando a Pastoral da Mulher Marginalizada de criar pânico moral sobre a prostituição (Silva e Davida, 2005). Sugere-se que, além de inventar deliberadamente dados sobre a incidência do “tráfico de pessoas” no mundo, a PMM aproveita a confusão entre os dois ordenamentos e não deixa explícito que nos números compilados – de forma pretensamente duvidosa – estão aglutinados casos de migração para trabalho sexual e casos em que há coerção e abuso.

Dentro do feminismo, o discurso abolicionista sofre deslocamentos, assumindo abordagens diferentes daquele utilizado pela igreja. Joana, uma das fundadoras da AMB no Brasil, destaca que a entidade não possui um posicionamento definido sobre o tema, coexistindo uma pluralidade de posições que podem ser aglutinadas em três tendências: a) aquelas que reconhecem “a prostituição como um direito, que é uma profissão sexual, e por isso defendem a conquista de seus direitos”, perspectiva na qual Ema se insere; b) aquelas fundamentadas em uma leitura marxista e que entendem a prostituição como uma forma de mercantilização do corpo da mulher. Segunda Ema, apesar dessa interpretação, essa corrente não aglutina esforços para “retirar as mulheres da prostituição” e nem criminalizá-las; c) corrente abolicionista minoritária, protagonizada por feministas ligadas à igreja, que ainda possuem uma ideia da “salvação” da prostituta.

Vale notar que no discurso dessa organização existe a diferenciação entre o “abolicionismo” e a “visão marxista da prostituição como exploração sexual”, marcando assim uma separação das posições da igreja em relação àquelas formuladas no campo feminista. Esta distinção, nova no cenário nacional, é traduzida por alguns autores como sinal de surgimento de um “neo-abolicionismo” (Piscitelli, 2013, ABIA, 2013).

O neo-abolicionismo pode ser entendido assim como a atualização do discurso abolicionista, retirando o foco da associação à “escravidão” para contestar os aspectos próprios das relações de mercado capitalistas. Para essa vertente, a prostituição seria a expressão máxima da dominação do mercado sobre o corpo das mulheres, que, aliado ao patriarcado, objetifica o corpo das mulheres como mercadoria. Esse discurso articula de forma inseparável prostituição e tráfico de pessoas e tem na Marcha Mundial das Mulheres seu principal interlocutor no Brasil:

A uma economia de mercado corresponde uma sociedade de mercado, com destaque para a expansão da mercantilização em

todas as dimensões da vida humana. Isso se dá especialmente com a exploração do corpo das mulheres, desde a indústria da beleza, até o tráfico e a prostituição. [...] Reafirmamos que a prostituição é estruturante do sistema capitalista e patriarcal (MMM, 2013).

Nessa concepção, o tráfico de mulheres é extensão do processo de globalização da prostituição. Também a diferenciação entre prostituição livre e prostituição forçada não é possível, uma vez que a prostituição é vista como uma alienação da própria sexualidade feminina:

Há uma naturalização da prostituição e a tentativa de considerar essa forma de exploração e violência como um trabalho como outro qualquer. Essa é uma visão equivocada sobre a prostituição, uma vez que, no capitalismo, há uma apropriação do produto do trabalho produzido com a energia da mão de obra. No caso da prostituição, o próprio corpo é apropriado e a alienação não se refere apenas ao processo de trabalho, e sim à própria sexualidade e subjetividade das mulheres prostituídas (SOF, 2014:33).

Segundo Ema, militante da Marcha Mundial das Mulheres no estado de São Paulo, apesar de sua organização possuir uma posição sobre o tema da prostituição, considera que o debate ainda está em construção: “A nossa visão está dada, mas a perspectiva está em construção”. Há o esforço para deslocar esse tema de um “debate moral para uma formulação que leve em conta a análise crítica da sexualidade” e se diferenciar da tradicional visão religiosa sobre a prostituição:

“ainda dentre nós tem aquelas que reforçam a vitimização, que vêm a prostituta como coitada e que elas estão lá e precisa ajudar”. Mas eu acho que depois de um tempo as mulheres da pastoral foram entendendo que não era uma questão de ajudar. Que elas não eram coitadas, elas são mulheres com autonomia, com direitos.⁶¹

Apesar desse processo de construção do debate interno à organização, há a prevalência de um discurso coeso, bem como um esforço para a produção de materiais informativos sobre o tema para disputar a formulação de um conhecimento sobre tráfico de pessoas e prostituição com capacidade de orientar a atuação de instituições

⁶¹ Entrevista Ema, maio de 2015.

governamentais e da sociedade civil, destacando-se as campanhas contra o projeto de regulamentação da prostituição, principal proposta legal formulada pelo movimento de prostitutas.

Este projeto, intitulado Projeto de Lei “Gabriela Leite”, foi proposto pelo deputado federal Jean Wyllys⁶² após ser formulado em conjunto com entidades representativas do movimento de prostitutas. Tem como fundamento político o argumento de que grande parte das situações de vulnerabilidade às quais as trabalhadoras sexuais estão submetidas relaciona-se à condição de marginalidade na qual a prostituição se insere, tendo de exercer sua atividade em locais clandestinos e sem qualquer garantia legal e laboral. Assim, a criminalização dos estabelecimentos de prostituição, prática fundamental dos sistemas penais abolicionistas, tem como consequência a própria penalização da prostituição, além de fortalecer o estigma marginal da atividade.

Nesse sentido, em termos práticos, o projeto propõe a redefinição do crime de “exploração sexual”, fazendo a diferenciação entre a prostituição livre e a compulsória. Segundo a proposta, exploração sexual passaria a ser definida como:

- I – apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;
- II – o não pagamento pelo serviço sexual contratado;
- III – forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência⁶³.

Esse projeto é duramente criticado pelas feministas vinculadas à Marcha Mundial das Mulheres, que ao final do “Nono Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres”, em 2013, lançam um documento de repúdio à iniciativa.

O posicionamento contrário torna-se, afinal, uma frente de atuação da organização, a qual inicia articulação com instituições parceiras para obterem o apoio contra o projeto proposto pelas organizações de prostitutas, como é possível perceber por esse chamado:

Sejamos solidárias com as mulheres prostituídas, repudiemos veementemente os proxenetas: exploração da prostituição é a

⁶² Membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e eleito pelo estado do Rio de Janeiro, é atualmente uma importante voz na defesa dos direitos humanos, sexuais e das mulheres na Câmara dos Deputados. Foi o primeiro parlamentar a escalar como assessora uma mulher travesti e profissional do sexo.

⁶³ Projeto de Lei 4.211/2012.

forma mais exacerbada com que o patriarcado oprime as mulheres. Promove elucubrações cerebrinas para justificar o injustificável. [...] Há quem se deixe enganar pelo discurso que proxenetas colocam na boca de algumas mulheres (MMM 2013b).

Os efeitos dessa articulação foram rápidos e, ainda em 2013, uma das principais organizações sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), publicou uma nota se posicionando contrária ao PL Gabriela Leite. A MMM coordenou igualmente um debate junto às mulheres parlamentares vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), para que agissem contra o projeto durante o processo legislativo e ajudassem a pensar políticas para “tirar as mulheres da condição de prostituta”.

Nesse sentido, a MMM assume uma postura de oposição ao movimento de prostitutas brasileiro, deslegitimando o protagonismo dessas categorias em autodefinir suas pautas de atuação. Tal caminho político significa uma importante inflexão dentro da trajetória política dessa organização. A Marcha Mundial das Mulheres é herdeira de uma linha do feminismo que se construiu em conjunto com as mobilizações de mulheres da periferia que marcou a década de 80. Nesse sentido, é forte a valorização da *experiência* e da auto-organização das mulheres, em especial das populares, na construção das perspectivas do movimento. Há um exercício constante e reflexivo de trabalhar de forma conjunta a perspectiva “global da luta das mulheres” com as necessidades concretas e a autodeterminação dos setores femininos organizados (Faria 2005) ⁶⁴.

Entretanto, podemos concluir que, mesmo valorizando o diálogo com organizações de mulheres para a construção de uma “pauta regional”, em última instância, há a opção política pela “visão global da luta feminista” (Faria, 2005). Isso significa que a importância da experiência das mulheres em seus contextos específicos, formuladas a partir da auto-organização popular, perde espaço para uma perspectiva que prioriza uma noção abstrata de “auto-organização feminista”, uma unidade de todas as mulheres contra uma opressão unificada.

⁶⁴ Ao longo da minha pesquisa de campo pude observar a difícil adequação entre uma “visão global da luta feminista” e a valorização das pautas concretas das mulheres. Durante o Seminário Internacional Feminismo, Economia e Política, organizado pela SOF em agosto de 2012, houve um debate onde as sindicalistas apresentavam a sua reivindicação de creches 24 horas, argumentando sua importância para a realidade das mulheres que trabalhavam no período noturno. Várias militantes da Marcha Mundial questionaram esse tópico, afirmando que essa medida constitua uma adequação da vida das mulheres e das crianças à dinâmica do mercado. Embora nesse caso o debate não foi concluído com um consenso, tendeu-se a pensar que, por outro lado, a não existência de instituições de acolhimento à criança pode aumentar o fenômeno do empobrecimento feminino.

Apesar dos avanços que tal perspectiva trouxe em relação à política feminista atomizada da década de 90, ela também oferece grandes perigos: o de legitimar que determinados grupos, oriundos da classe média e “iluminados” pelo conhecimento daquilo que é “a” opressão de todas as mulheres, intercedam contra a organização de outras mulheres, percebendo nisso um ato de “proteção”. Esta prática paternalista torna-se ainda mais problemática quando os grupos deslegitimados são protagonizados por mulheres pobres, que por terem sido excluídas historicamente de todos os espaços de participação política, possuem uma organização fragilizada. Isso torna difícil para essas organizações disputarem espaço dentro de um discurso abolicionista hegemônico, correntemente favorecido por uma relação de intimidade entre movimento organizado e governos.

E os outros feminismos?

Apesar da proeminência do discurso abolicionista, não é correto afirmar que seja representativo da maioria das organizações feministas atuantes no Brasil. Inicialmente, é necessário ressaltar que o ativismo feminista acadêmico sempre foi um importante parceiro de organizações de prostitutas no Brasil. Se nos anos 1990 as ONGs enfatizaram as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e para o combate à violência de gênero, foi na academia que se teve espaço para realizar o debate sobre a sexualidade feminina.

A partir da metade da década de 1980, sob a influência das obras de Michel Foucault, aparecem os primeiros trabalhos que buscam abordar a prostituição tendo por base a sexualidade feminina. (Rago, 1989, Engel, 1986). Nesse mesmo período, desponta a participação direta de pesquisadoras feministas, estudiosas de contextos de prostituição, junto às organizações de prostitutas.

A partir dos anos 2000 fortalecem-se tanto o campo de estudos sobre prostituição quanto a aproximação de ativistas acadêmicos do movimento de profissionais do sexo. Vários intelectuais se interessam pelo movimento, que nesse momento começa a desenvolver ações irreverentes, ganhando visibilidade pública⁶⁵.

⁶⁵ Em uma das ações realizadas pela Rede Brasileira de Prostitutas para dar visibilidade à temática da prostituição, é lançada uma grife de roupas para “putas” com o nome DASPU, alusão à marca de luxo brasileira DASLU. A proprietária da grife “original” abre processo contra as prostitutas, que promoviam desfiles em espaços de prostituição. Esse evento teve muito repercussão, e fez com que a DASPU se tornasse conhecida nacionalmente.

Também no ativismo fora da universidade, como destaca Adriana Piscitelli (2013) e Sckackauskas (2011), existe uma ampla heterogeneidade dos posicionamentos sobre a prostituição. A partir de uma pesquisa realizada em 2010 com feministas brasileiras, as autoras demonstram que, embora muitas reiterassem o discurso abolicionista formulado pela Marcha Mundial das Mulheres, outras frisavam que, independente de sua opinião pessoal, não poderiam opor-se às reivindicações da própria categoria organizada. As autoras também assinalam a existência de posicionamentos mais “abertos”, entendedores da prostituição como um direito de escolha das mulheres ou que, analisando a realidade de outros trabalhos femininos mal remunerados, destacam a prostituição como uma possibilidade mais vantajosa de ocupação (Piscitelli, 2013, p.136).

Entretanto, como destacam as autoras, tratava-se de opiniões individuais, que não representavam o posicionamento de suas organizações. Existe ainda hoje uma dificuldade das organizações feministas se posicionarem sobre o tema. Argumenta-se que o assunto é demasiado polêmico e por isso, temendo desavenças, opta-se por não colocá-lo em pauta (Olivar e Skakauska 2011). Esta postura nos aponta para os motivos pelos quais ainda prevalece a percepção de uma predominância do discurso abolicionista dentro do campo do feminista, uma vez que até o ano de 2012 a MMM era a única organização feminista que oferecia oficialmente uma posição concisa sobre o tema da prostituição no Brasil.

Este quadro, entretanto, vem se transformando desde 2012, quando algumas organizações de mulheres começam a se aproximar de forma mais orgânica de associações de profissionais do sexo e incentivam a realização de um debate interno mais sistemático sobre o tema.

Tal mudança pode ser creditada a uma variedade de fatores. Primeiramente, deve-se reconhecer a capacidade das organizações de prostitutas em aproveitar da melhor forma possível os poucos espaços que possuem, e, com ajuda do ativismo acadêmico, fortalecendo teoricamente suas ações de visibilidade e colocando questões provocadoras no debate público⁶⁶.

⁶⁶ O Coletivo DAVIDA ofereceu formação para novelistas da maior emissora de televisão do Brasil sobre a luta das profissionais do sexo. O processo resultou na criação de uma personagem na novela “Paraiso Tropical”, exibida no em 2007 no horário nobre da televisão. Bebel, interpretada por Camila Pitanga, era uma mulher prostituta que estabeleceu uma relação de carisma com o público. Sua interpretação escapou das representações maniqueístas que polarizam a mulher “vítima” e “libertária”.

Podemos citar também o descontentamento de coletivos de mulheres com a atuação da MMM, questionando sua posição como interlocutora “do” movimento feminista, apagando outras vozes deste campo. Esse debate foi especialmente importante no município de Campinas-SP, onde alguns grupos de mulheres demonstraram incômodo com a centralidade da Marcha acusando-a de apagar a identidade de outros grupos constituintes do movimento de mulheres.

Tal crítica favorece o surgimento de novas articulações políticas, que buscam organizar espaços de atuação nos quais sejam incluídos setores geralmente não inseridos nas organizações feministas tradicionais. Esse é o exemplo da “Frente de Luta Feminista de Campinas”⁶⁷, criada por alguns grupos de mulheres incomodados com a centralização política exercida pela Marcha Mundial das Mulheres na cidade. Este fórum contava com a participação de feministas autônomas, de grupos feministas e grupos de mulheres, incluindo a associação de prostitutas de Campinas – Associação Mulheres Guerreiras (AMG). Logo de início, a Frente Feminista pontuou a necessidade de realizar um debate coletivo para formular um posicionamento a respeito do Projeto da “Lei Gabriela Leite”, criticando a postura da MMM de definir sua diretriz sobre o tema como sendo coincidente com o conjunto “do” movimento feminista, desconsiderando assim o debate feito por outras organizações.

Por fim, mais um elemento importante para entender outros posicionamentos feministas sobre prostituição a partir de 2010 é o aparecimento de diversos pequenos grupos formados por jovens feministas, surgidos após o fenômeno da Marcha das Vadias, os quais vêm recolocando com ênfase no debate público a pauta do corpo e da sexualidade feminina. Assim, utilizando-se estratégias lúdicas e irreverentes, esses grupos abrem espaço para novas discussões em meio aos debates do campo feminista, marcado em grande medida desde a década de 1990 pela problemática da violência doméstica e pela inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Ema, militante da MMM do Estado de São Paulo, nos fala desse “rejuvenescimento” do feminismo nos últimos cinco anos e sua contribuição para o movimento feminista:

Esse vento feminista pegou para todos os lados, mas é mais rico nos movimentos sociais. Olha o tanto de grupo de mulheres que

⁶⁷ A “Frente de Luta Feminista de Campinas” foi constituída no início de 2013 com a participação dos seguintes coletivos: Coletivo das Vadias de Campinas, Promotoras Legais Populares, Sindicato das Domésticas, Associação Mulheres Guerreiras, Grupo Identidade, Coletivo Juntas e feministas autônomas.

surgiram ali... Pipoca um monte. Sabe o que eu gosto desses grupos? Eu acho eles mais irreverentes. A irreverência tem um potencial de lançar questões. Como por exemplo, com o [tema do] aborto, no grupo de mulheres da periferia. Tem alguns temas que são difíceis de discutir com elas, então tem que ir trilhando caminhos.⁶⁸

Dentre as pautas que aparecem nessas novas mobilizações encontra-se o tema da prostituição. Isso porque esses grupos, influenciados pelas ações provocadoras da Marcha das Vadias questionando a classificação dos comportamentos femininos a partir de suas práticas sexuais, se aproximam do debate sobre o trabalho sexual.

A Marcha das Vadias passa a ser organizada no Brasil em 2011, causando grande repercussão. Em menos de seis meses, são realizadas passeatas em mais de 30 municípios de diversas regiões do Brasil. Embora inicialmente as primeiras organizadoras brasileiras afirmassem que Marcha não era feminista e sim feminina⁶⁹, seu sentido político foi rapidamente apropriado por grupos feministas, especialmente jovens, que identificaram no slogan “meu corpo, minhas regras” a possibilidade de questionar a realidade da violência sexual a partir do debate sobre sexualidade feminina⁷⁰.

Utilizando o nu como elemento contestatório de destaque, a Marcha das Vadias aposta em mobilizações performáticas. O corpo também adquire papel central nessas manifestações, saindo do lugar de objeto passivo do discurso, sobre o qual se fala para um agente de ação, através do qual se comunica, protesta-se e disputam-se significados. Há um esforço em traduzir no corpo e em outras linguagens as discussões importantes ao feminismo.

Ganham força bandeiras como “somos todas vadias” ou “somos putas, somos santas, somos livres”, buscando assim romper com as classificações impostas às mulheres a partir do julgamento de suas práticas sexuais. Pretende-se também colocar em xeque a “normalidade do normal” através de intensa performatividade de elementos considerados como marginais.

⁶⁸ Entrevista Ema, maio de 2015.

⁶⁹ Diário de campo, setembro de 2011. Este debate foi travado no interior da Marcha das Vadias da cidade de São Paulo, mas rapidamente o espaço da organização desse coletivo foi assumido por militantes que o vincularam ao movimento feminista.

⁷⁰ É importante destacar que, no Brasil, a Marcha das Vadias se organiza através de coletivos independentes e que não há uma articulação nacional entre eles. De forma geral, existe certa homogeneização em torno do público participante – jovens universitárias – e também nas ações propostas. Mas esse formato de organização possibilita que haja posicionamentos diversos entre um ou outro coletivo.

De fato, alguns coletivos da Marcha das Vadias no Brasil caminharam para uma discussão que, ao invés de negar o termo *Vadia*, buscava ressignificá-lo. Propunham então a vivência *Vadia*, mesmo que de forma performática, para questionar a existência de normas que qualificam e hierarquizam os comportamentos das mulheres. O “desfrutar da Vadiagem” colocou para alguns coletivos da Marcha das Vadias um debate fundamental para o movimento: o lugar social da prostituição e a aproximação das “vadias profissionais”⁷¹. Especificamente os coletivos da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, Campinas e Belo Horizonte propuseram-se a essa reflexão, realizando atividades conjuntas com organizações de trabalhadoras sexuais e inserindo como uma frente de suas ações o apoio à regulamentação da prostituição e a luta pelas desestigmatização do trabalho sexual⁷².

Esses coletivos da Marcha das Vadias passaram a considerar que o estigma que envolve a “puta” na nossa sociedade provém de uma mesma matriz moral que aquele que classifica os comportamentos femininos entre adequados e não adequados, vadios e não vadios. Se ser “vadia” não é justificativa para ser violentada, ser “puta” também não é justificativa para ser marginalizada.

Assim, chamam para dentro do feminismo a responsabilidade de se discutir o trabalho sexual, e se posicionam de forma favorável à regulamentação e aos demais projetos que busquem garantias legais para que as prostitutas exerçam seu trabalho com dignidade e segurança. Há uma mudança substancial de perspectiva em relação à concepção da Marcha Mundial das Mulheres. Se no discurso abolicionista o olhar a partir da luta geral impõe a necessidade de se abolir a prostituição, na visão dos coletivos de Vadias, a partir da perspectiva das “putas” e “vadias” se pode questionar as normatizações impostas ao corpo da mulher⁷³.

⁷¹ Na Marcha das Vadias de São Paulo de 2012, decidiu-se que o trajeto incluiria uma tradicional rua de prostituição da cidade, e por isso pediu-se que não fossem utilizados cartazes com os dizeres “Nem santas, nem putas” ou “somos mulheres e não mercadorias” para não conflitar com a luta das mulheres que ali trabalhavam.

⁷² Ver: “Vadias e Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito” (Marcha das Vadias Campinas, 2013) e “Manifesto: Vadias Porquê?” (Marcha das Vadias Rio, 2013). Embora apenas os Coletivos do Rio de Janeiro e de Campinas tenham divulgado textos sistematizando seus debates, outros coletivos iniciam um processo de aproximação. Em Belo Horizonte, quando a Marcha das Vadias decide participar das atividades da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) a Marcha Mundial das Mulheres se opõem e rompe com a Marcha das Vadias, que mantém a sua posição de ser parceira dessa organização de prostitutas.

⁷³ O coletivo das Vadias de Campinas define-se como anticapitalista. Nesse sentido, também demonstra preocupações com o *status* da mercantilização da sexualidade feminina. Acredita que o sistema mercantil define padrões de sexualidades desejadas e as transforma em mercadoria. Mas reconhece que, embora evidentemente o trabalho sexual esteja dentro dessa lógica, ele não pode ser reduzido a isso (Marcha das

Este elemento figura como uma novidade no contexto do feminismo brasileiro, tendo em vista que o posicionamento explícito sobre trabalho sexual era assumido apenas por organizações feministas vinculadas à perspectiva abolicionista. Embora sempre houvesse ativistas feministas que discutissem e apoiassem a luta pela conquista de direitos das profissionais do sexo, os posicionamentos eram feitos muitas vezes de forma individual.

Ainda que a Marcha das Vadias esteja distante de construir uma hegemonia política dentro do movimento feminista, acredito que esses tensionamentos reverberaram dentro dos feminismos regionais criando alianças importantes entre associações de prostitutas e coletivos de jovens feministas, como veremos adiante.

Feminismo nas zonas.

Vai ter feminismo no puteiro, vai ter feminista no puteiro.
E vai ter puta feminista sim! E se não gostar vai ter duas, dez,
mil, milhares!

(Monique Prada, prostituta, feminista e ciberativista).

Nessa questão, que talvez seja o grande problema que acaba gerando esse estigma todo em torno da prostituta, é o simples fato de nós sermos mulheres. Mulher ocupa espaço⁷⁴.

(Leila Barreto, coordenadora do GEMPAC).

O movimento de prostitutas carrega consigo uma marcante identidade de grupo de mulheres, sendo constituído majoritariamente por mulheres populares que se organizaram a partir das décadas de 1970 e 1980 para lutarem contra a violência, em especial a institucional. Nos marcos dos debates sobre Direitos humanos, fortalecido pela luta contra a ditadura, constitui-se a prostituta como sujeito política, através da luta pela cidadania, pelo fim do estigma e pelo reconhecimento do trabalho sexual.

A ênfase em uma identidade laboral foi estratégica para o movimento aproximar a prostituição dos campos políticos de maior legitimidade social, possibilitando alianças com outros movimentos sociais e incentivando a autoafirmação das prostitutas enquanto sujeito político. Nesse contexto surge o termo “profissional do sexo” , que passa a ser uma das principais bandeiras indenitárias do movimento a nível nacional.

Vadias,2013).

⁷⁴ Entrevista Leila Barreto, 8 de abril de 2015.

A construção da noção de “profissionais do sexo” se beneficiou da grande aceitação social da categoria “trabalhador”, que remete a valores socialmente desejados como família, filhos, honestidade, responsabilidade. Como nos atenta José Miguel Olivar (2010), embora tal caminho tenha sido fundamental para a autoafirmação das prostitutas, também favoreceu a criação de novas subjetividades que reproduziam um visão familiarista da prostituição, construindo imagens da “profissional do sexo” de forma relativamente dessexualizada. . (Olivar, 2010, 97).

Ao passo que diversas organizações de prostitutas lapidavam a identidade de “profissionais do sexo” (fortalecida nas esferas de diálogo com o Estado), algumas ativistas da própria Rede Brasileira de Prostituta tensionam para a construção de discursos positivos sobre a prostituição que colocassem em evidência mesmo os elementos considerados mais “marginais” dessa ocupação. Por essa trilha, Gabriela Leite, presidente da ONG DAVIDA, teve um papel fundamental ao propor e incentivar a militância da prostituta também como de questionamento da moral sexual feminina, defendendo a utilização dos termos “prostituição” e “puta” para evidenciar o estigma que continuava escondido atrás de termos considerados “politicamente corretos”.

Essa opção política fortalece-se a partir de 2005, com o lançamento da grife “Daspu”, projeto desenvolvido pela ONG DAVIDA que obteve grande repercussão nacional. Como grife de “roupas para puta”, a Daspu apostava em ações que colocavam em evidência a sensualidade e performatividade característica da prostituição, associando tais elementos às pautas políticas do movimento. Refletindo sobre a repercussão do desfile da Daspu ocorrido em São Paulo em 16 de dezembro de 2005, Gabriela nos fala desse sentimento:

Sempre acreditei que o movimento de putas não poderia nunca ser babaca, tipo politicamente correto. [...] Não mais frases babacas do tipo: “Gosto de ser profissional do sexo porque assim posso criar meus filhos”. Ou então: “Não gosto do nome prostituta, prefiro profissional do sexo porque é mais digno”. Minha angústia é a mesmice dessas frases, minha angústia é perceber o clima de chá das cinco entre putas discutindo filhos, palavras politicamente corretas, enfim, mulheres normais e santas, lutando por um lugar no céu. Renego a santidade. Sonho com a puta inteira, grandiosa e fundamental. Sempre sonhei com a palavra puta sendo falada por todos com a sonoridade e a força que a palavra tem. (Beijo da Rua, 2005).

A criação da Daspu teve grande impacto no movimento como um todo, que desde então vem inserindo em sua militância elementos provocadores sobre a sexualidade feminina e o prazer dentro da ocupação. A bandeira da profissionalização não foi abandonada, mas começa a dividir espaço de forma mais evidente com a discussão da prostituição nos marcos do direito sexual, ou seja, como lugar possível de discussão da sexualidade feminina. Leila, coordenadora financeira do GEMPAC, nos explica a relação entre a luta pela profissionalização e o debate sobre a sexualidade:

Essa questão de se afirmar como profissão, como trabalho, é um atalho na verdade. Porque dizer para a sociedade que tu tem um prazer com a tua profissão é muito mais difícil que falar que você é um trabalhador, que é um trabalho. Então você vai por esse viés. Agora tem a discussão sobre o poder que tu podes estar exercendo na prostituição, seja por você se deslocar, seja porque você conhece várias pessoas, ou seja, porque você tem acesso a coisas. Não que não há problemas [na prostituição], mas estou discutindo a questão do direito sexual, a questão do prazer que também estão presentes⁷⁵.

No GEMPAC, o debate da sexualidade cresce à medida que se enfraquece a relação estabelecida com o ministério da Saúde, principal fonte de financiamento das atividades da organização. Vale lembrar que o GEMPAC, assim como todas as demais organizações de prostitutas no Brasil, ao longo dos anos 1990 e 2000 assumiu a estrutura de ONG, captando recursos provenientes das políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS. Seguiram assim a tendência de outros movimentos sociais que adentraram as esferas da institucionalização e passaram a executar políticas públicas em parceria com Estado. Assim, de 1994 a 2009, o GEMPAC executou inúmeros projetos o estado do Pará, aproveitando a interface com a saúde para discutir direitos e cidadania com as demais prostitutas atingidas por esses programas.

Conforme nos relata Leila, coordenadora do GEMPAC, a partir de 2011 essa organização passa por um processo de avaliação sobre os limites da institucionalidade e percebe que esse formato havia afastado as militantes do trabalho de formação política com as prostitutas. Decidem reduzir as ações de execução de políticas públicas e priorizam a “volta para as esquinas”, enfatizando pequenas ações locais nas zonas de

⁷⁵ Entrevista Leita Barreto 8 de abril de 2015.

prostituição voltadas para atividades culturais e de comunicação com as trabalhadoras sexuais⁷⁶.

Apesar de não se identificar como organização feminista, o GEMPAC carrega traz para dentro de suas atividades debates próprios da militância feminista. É nítida, em suas ações, a importância dada à discussão sobre a autonomia das mulheres no enfrentamento da discriminação contra as prostitutas. Durante evento organizado para se discutir o Dia Internacional Da Mulher, intitulado “Dia da Mulher Livre”, Leila fala da relação entre os problemas enfrentados pelas prostitutas e a condição feminina:

Eu acho que o problema em relação à prostituição está relacionado ao direito da mulher, de ela ir e vir. Por sermos mulheres nós temos que entender que a sociedade nos limita, seja nos conceituando ou nos colocando em determinados papéis, principalmente nessa questão moral. Uma mulher paga um preço muito grande por sua autonomia. Eu sinto a todo momento que nós somos controladas, na rua, dentro de casa, em todos os espaços⁷⁷.

Essa leitura sobre a prostituição favorece a aproximação ao campo feminista de diversas formas. O GEMPAC define-se como organização inclusiva, incorporando qualquer pessoa ou grupo que tenha interesse em contribuir com suas ações. Assim, participam historicamente de seu funcionamento ativistas feministas que, além de fortalecer esse debate dentro dessa organização, promovem a inserção do GEMPAC em diversas redes e encontros ligados ao feminismo.

Embora essas ativistas não atuem dentro do GEMPAC representando outras organizações, são fundamentais para aproximá-lo das articulações feministas regionais. Esse é o exemplo de Eva, ativista histórica do feminismo brasileiro e fundadora da Articulação de Mulheres Brasileiras no Pará e que, em conjunto com Lourdes Barreto, fundou o GEMPAC. A partir de alianças incentivadas por Eva, o GEMPAC participou de diversos eventos de promoção de políticas públicas para as mulheres⁷⁸, além de integrarem do Fórum de Mulheres de Amazônia, órgão vinculado à AMB que reúne mais de 70 grupos de mulheres do Estado do Pará.

⁷⁶ Embora em períodos coincidentes, Leila Barreto não associa a modificação das estratégias de luta de sua organização com a grande repercussão criada pelas mobilizações da Marcha das Vadias em todo o Brasil.

⁷⁷ Leila Barreto, fala no Dia Internacional da Mulher livres, 10 de abril. Organização: GEMPAC. Belém - PA

⁷⁸ O GEMPAC participou da construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de 2014 (Belém-PA). Possui parceria com a Coordenadoria de Mulheres da cidade de Belém do Pará (Combel), e participa do Conselho Municipal de Saúde da Mulher (Belém-PA).

A partir de entrevistas realizadas com entidades dedicadas ao fomento de políticas para as mulheres na cidade de Belém⁷⁹, é possível argumentar que as pautas específicas do movimento de prostitutas – como o reconhecimento da profissão, sua regulamentação e a luta contra o estigma – não são incluídas de forma explícitas na plataforma dessas entidades. A participação do GEMPAC nesses espaços diz respeito principalmente à inclusão das prostitutas em agendas mais amplas do movimento feminista local, bem como nas políticas públicas voltadas para as mulheres. Assim, as especificidades diluem-se na noção ampliada da “luta feminista” e das agendas locais para as mulheres. Há, sim, o registro de ações de solidariedade e apoio direto, como na campanha realizada em 2013 para a reconstrução da sede histórica do GEMPAC e o apoio a algumas suas atividades políticas sem, entretanto, avançar programaticamente no que diz respeito às bandeiras do movimento de prostitutas.

Deve-se levar em conta, porém, como este intercâmbio é considerado fundamental para o empoderamento do GEMPAC e de suas ativistas nos temas do feminismo, de modo que a participação de mulheres prostitutas nessas instâncias contribui para realizarem uma leitura feminista sobre a sua ocupação e transmitirem a perspectiva da luta por seus direitos a outras mulheres prostitutas. Berenice, 56 anos, que exercer a prostituição há 26 nos explica a importância do GEMPAC na construção de sua autonomia:

Na prostituição eu me fiz livre. Posso ir e vir de onde quiser e não tenho quem me mande. Nós viajamos muito aqui pelo GEMPAC, e foi onde eu aprendi a me defender. Hoje não é mais como antigamente, onde a mulher não tinha como se defender. [...] Depois de um certo tempo participando do movimento, incluindo movimento de mulheres, de mulheres traficadas, eu descobri a importância de se falar de proteção e direitos das mulheres. Temos que ensinar os caminhos para outras prostitutas para acabar com a violência que sofremos dos homens.⁸⁰

Além dos temas sobre direitos das mulheres, há a ênfase no debate sobre a sexualidade feminina, presente em praticamente todos os encontros e ações realizadas por essa entidade. Esse debate está presente tanto nas atividades que questionam os

⁷⁹ Para a realização desse trabalho foi entrevistado em Belém a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da cidade de Belém (Combel), integrantes do Fórum de Mulheres da Amazônia, a ONG SóDireitos, Grupos Mulheres em Movimento e integrantes da AMB.

⁸⁰ Entrevista Berenice, 8 de abril de 2015.

papéis sociais que definem os comportamentos sexuais⁸¹, como nas ações que promovem o compartilhamento de experiências sobre sexo, corpo e orgasmos⁸².

Essas questões, aliadas à linguagem inovadora e bem humorada do movimento, fazem com que pequenos grupos de jovens feministas se interessem pela militância das prostitutas, visualizando-a como espaço aberto a ações lúdicas e culturais, bem como à abordagem das temáticas do corpo e da sexualidade da mulher. Esses elementos estão presentes no principal momento de visibilidade do movimento de prostitutas no Brasil, o “Putá Dei”, evento político-cultural criado pelo GEMPAC em 2012, e que hoje é realizado por diversas associações de prostitutas em diversas regiões do país⁸³.

O deslocamento do discurso trabalhista para uma abordagem política mais sexualizada também é presente na trajetória da Associação Mulheres Guerreiras (AMG), de Campinas, em especial na sua aproximação com outros grupos feministas e de mulheres. A AMG também é herdeira das mobilizações pontuais de trabalhadoras sexuais contra a violência policial e institucional desde a década de 1990. Nesse período, com auxílio de representantes do movimento de diversidade sexual, direitos humanos e secretaria municipal de saúde, essas mulheres realizavam ações para denunciar a investida policial contra a prostituição feminina nas áreas centrais da cidade. Em 2006, com o apoio do Centro de Referência de DST/AIDS de Campinas, entidade vinculada à secretaria de saúde, um grupo de mulheres trabalhadoras da área central decide criar uma associação e iniciam formações e reuniões para discutirem direitos e associativismo.

Apesar da considerável presença de mulheres cis no grupo que formou a Associação Mulheres Guerreiras, pode-se dizer que a participação de lideranças transexuais promoveu a aproximação com os movimentos de identidade sexual. Nesse sentido, há uma diferença em relação ao GEMPAC, claramente identificado enquanto grupo de mulheres populares.

Por muito tempo as ações do grupo orientaram-se pela participação em projetos de enfrentamento ao HIV-AIDS e eventos vinculados às causas LGTTB. A parceria com o Centro de referência DST/AIDS também contribuiu para que a noção de

⁸¹ Uma das atividades realizadas pelo GEMPAC é a oficina de palavrões, na qual discutem o significado de cada “palavrão” utilizado para definir as mulheres em contraposição àqueles utilizados para definir os homens.

⁸² Em todas as reuniões há o compartilhamento de experiências sexuais com clientes e/ou companheiros. Também realizam a “oficina do orgasmo”, onde discutem o prazer feminino.

⁸³ O Putá Dei é um evento criado em 2012 e realizado tradicionalmente no dia 2 de junho, dia Internacional da Prostituta. A data homenageia as manifestações realizadas por 150 prostitutas em Lyon, França em 1975, em protesto às arbitrariedades que sofriam do governo local.

“profissionais do sexo” se tornasse central na organização simbólica dos discursos e das práticas das ativistas. Códigos sobre quais tipos de vestimentas poderiam ser utilizadas no *ponto* e sobre as condutas “profissionais” a serem adotadas norteavam as discussões desse grupo e pautavam o diálogo com outras trabalhadoras sexuais de cidade. Essa identidade foi importante no estabelecimento de parcerias com entidades vinculadas ao trabalho que até hoje possuem vínculos com a Associação, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁸⁴ e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP) .

Entretanto, em 2009, após um período de interrupção no repasse de recursos destinados às associações para realizarem projetos no campo de prevenção à DST/AIDS, essa organização passou dois anos desarticulada, voltando promover atividades apenas no ano de 2012, com um número reduzido de participantes e apresentando mudanças no perfil de seu ativismo. Até então, pode-se dizer que a Associação atuava como grupo de formação para outras trabalhadoras sexuais, no qual mulheres e travestis que realizavam programas no centro da cidade reuniam-se para conversarem sobre direitos, cidadania, gênero, associativismo, além de discutirem os problemas pontuais da ocupação. Os trabalhos eram, portanto, direcionados para o cotidiano de ocupação das profissionais do sexo.

Em 2012, a AMG inicia um ativismo mais direcionado à discussão do projeto de Lei “Gabriela Leite” e ao estabelecimento de alianças locais que pudessem fortalecer o apoio a essa iniciativa. Também ganha espaço a construção de um discurso identitário alinhado com aquele da Rede Brasileira de Prostitutas, qual seja, a construção do sujeito político “puta”. Segundo Talita, uma liderança da AMG:

Profissional do sexo é só um meio mais fino, mais refinado de falar puta. [...]. Então fica mais fácil para o entendimento falar ‘profissional do sexo’, mas para nós, lá é ‘puta’ mesmo. Eu sou profissional do sexo há vinte anos, sou puta lá do Jardim Itatinga⁸⁵.

Em Campinas, a afirmação política da condição de “puta” foi largamente amparada pela aliança estabelecida com o Coletivo da Marcha das Vadias de

⁸⁴ A Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 é a maior central sindical da América Latina. Na cidade de Campinas, a Associação Mulheres Guerreiras é parceira da CUT desde 2008, quando a Central cedeu uma sala em sua sede para uso da Associação.

⁸⁵ Fala de Talita. Encontro “Autonomia no Combate à Violência Contra a Mulher”, 10 de novembro de 2012. Organização Marcha das Vadias Campinas

Campinas⁸⁶. Houve grande identificação entre a proposta desse coletivo em ressignificar o termo “vadia” e a proposta de luta contra o estigma da prostituição encampado pela Associação Mulheres Guerreiras. A partir de 2012, esses coletivos efetuaram diversos eventos em parceria, o que aproximou a AMG dos círculos feministas da cidade⁸⁷.

A AMG assume uma postura mais irreverente em suas ações, associando de forma potente performances erotizadas com a defesa de suas pautas políticas. As falas provocadoras das ativistas prostitutas ecoaram, por exemplo, em grupos que discutem gênero e trabalho. Durante a realização de um curso feminista⁸⁸ destinado a mulheres trabalhadoras e/ou que participam dos movimentos feministas e de outros movimentos sociais, Talita, representante da AMG, fez uma intervenção que foi destacada como um dos pontos mais importantes desse encontro, como demonstro nesse trecho do meu diário de campo:

Convidada para falar em uma mesa que discutiria a regulamentação do trabalho sexual e do trabalho doméstico, Talita, em silêncio, antes de sua fala, realizou um *strip-tease*. Após essa performance, ela se vestiu, olhou para todas as participantes e disse: ‘Há algo de errado nisso que eu fiz para vocês? Esse é o meu trabalho. Eu faço isso às vezes 10 vezes ao dia, e nunca me senti tão nervosa quanto agora, tirando a roupa para vocês’. Após a sua fala, todas as participantes se comoveram, agradeceram o “presente” oferecido por Talita e pontuam o incômodo que o corpo da mulher e sua sexualidade provocam nas pessoas⁸⁹.

De forma diferente da observada no GEMPAC, a aproximação entre a entidade campineira e outros coletivos de mulheres e feministas fez com que estes assumissem internamente a responsabilidade de discutirem o trabalho sexual e se posicionassem

⁸⁶ O Coletivo Marcha das Vadias de Campinas, hoje denominado Coletiva das Vadias, surgem em 2011 para a realização de uma passeata da Marcha das Vadias na cidade de Campinas. Após a realização da marcha, consolidou-se como grupo feminista de referência na cidade e atua realizando formações sobre gênero e sexualidade em escolas, organizando formações sobre direitos e sexualidade para outros coletivos e grupos de mulheres, além de participarem das redes e articulações feministas locais.

⁸⁷ Alguns eventos realizados pela AMG e pelo coletivo das Vadias em parceria: “Autonomia no Combate à Violência Contra as mulheres (10 /11/2012), “Curso Economia Solidária e Economia Feminista: Autogestão no Trabalho e na Vida” (maio-junho de 2013); Reuniões preparatórias para o ato do Dia Internacional de Combate à Violência contra as mulheres (agosto-novembro de 2013); Puta dei (junho de 2014), II Puta dei (junho de 2015).

⁸⁸Curso “Economia Solidária e Economia Feminista: Autogestão no Trabalho e na Vida” (maio-junho de 2013). Organização: ITCP-UNICAMP

⁸⁹ Diário de Campo, 15 de junho de 2013.

como apoiadores da luta pelo direito das trabalhadoras sexuais. Esta “via de mão dupla” rendeu frutos tanto para o movimento de prostitutas quanto para a organização desses pequenos coletivos. A AMG iniciou uma produtiva articulação com outros grupos de esquerda que a inseriu na discussão outras pautas, contribuindo para romper com o “confinamento político” que o movimento de prostituta enfrenta. De modo geral, pode-se dizer que o movimento de prostitutas esteve órfão da parceira com grandes movimentos sociais populares no Brasil, estando frequentemente afastado das grandes correntes constituintes do campo político da esquerda.

Como reflexo do exposto acima, temos que atualmente a Associação participa de reuniões com grupos de mulheres da periferia metropolitana, que buscam fortalecer a articulação das populações dos locais onde residem. Esta observação ajuda a situar alguns problemas vivenciados pelas trabalhadoras sexuais dentro de uma leitura mais ampla sobre a cidade e sobre questões raciais e de classe. É importante notar que a inclusão do trabalho sexual dentro de pautas gerais de outros movimentos, nesse caso, não apaga as particularidades e a identidade política da “puta” construída por essa organização.

Os grupos de mulheres que se aproximaram da AMG, por sua vez, abriram espaço para discutirem temas próprios ao debate da sexualidade feminina, abrindo-se para romper a barreira que possuíam com a temática da prostituição. Em uma reunião realizada na zona de prostituição da cidade entre essa organização e grupos de mulheres situados na periferia de Campinas⁹⁰, uma liderança feminista negra da região nos dá o seu depoimento:

“Para mim é importante estar aqui hoje nesse espaço. Pois sempre tive um grande preconceito com as mulheres que estão aqui. Cresci pensando em vocês como aquelas que roubam nossos maridos e que destroem nossa família. Por isso estou aqui, para entender a realidade de vocês sem receio e preconceito”⁹¹.

Atualmente a AMG participa de importantes espaços feministas na cidade de Campinas, atuando ativamente dentro de grupos feministas e na organização de atividades para discutir temáticas próprias desse movimento⁹². Os reflexos são sentidos

⁹⁰ O objetivo dessa reunião era consolidar alianças entre grupos de mulheres da região sudoeste de Campinas. Estavam presentes nessa reunião o Coletivo Juntas; Quilombo urbano; Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra e Sindicato das Domésticas de Campinas.

⁹¹ Letícia, ativista do Sindicato das Domésticas e da Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Março de 2014.

⁹² Falar quais são esses grupos.

na adesão de grupos feministas e de mulheres na construção das atividades da AMG, especialmente o Puta Dei. Esse evento na cidade de Campinas é construído de forma conjunta com grupo feministas da cidade. Essa forma de organização implica que esses grupos assumam um posicionamento sobre o trabalho sexual, escapando da posição ambígua e pouco clara assumida por grande parte do movimento feminista.

No caso de Campinas, este evento conseguiu inclusive adentrar espaços institucionais antes predominantemente alinhados com a perspectiva abolicionista. Em 2014, por exemplo, durante o Puta Dei, o Núcleo de Promoção de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do estado de São Paulo estabeleceu uma parceria com a Associação Mulheres Guerreiras, organizando uma mesa de debate sobre a regulamentação da prostituição a partir de fala de juristas e ativistas que apoiam essa bandeira do movimento de prostitutas. Antes, em 2013, o Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, também instância da Defensoria Pública estadual, organizou um material de divulgação sobre os direitos das Profissionais do Sexo no qual assimilava a concepção da atividade como trabalho, vinculando informações sobre previdência social, benefício de prestação continuada, nome social, saúde e educação.

6. Prostituição e Estado

A partir da observação das experiências de ordenamento legal da prostituição ao redor do mundo, é possível sugerir a existência de três modelos jurídico-políticos orientadores dos objetivos de cada registro jurídico: a) o modelo *regulamentarista*, no qual a prostituição é “controlada” pelo Estado, incluindo a delimitação de zonas de prostituição, o controle médico das trabalhadoras sexuais e a fiscalização sanitária dos estabelecimentos de prostituição; b) a perspectiva *proibicionista*, pela qual tanto a prostituta quanto os demais responsáveis por atividades ligadas à prostituição (donos de hotéis, agenciadores, donos de estabelecimentos onde se realizam os programas etc.) são criminalizados – os EUA são os grandes representantes dessa corrente; c) a visão *abolicionista*, que encara a prostituta como vítima social, não devendo, portanto, ser criminalizada. Os demais agentes envolvidos no processo de troca comercial do sexo, entretanto, são vistos como responsáveis por uma situação crônica de exploração – é a linha hegemônica das políticas de Estado, sendo proposta pelo ONU e ratificada por vários países, incluindo o Brasil (Piscitelli, 2012). Acrescento ainda um quarto modelo,

defendido pelo movimento de prostitutas organizado, qual seja, a *perspectiva trabalhista*, no qual o trabalho sexual é entendido como ocupação laboral ordinária, devendo ser regulada pelas legislações trabalhistas que regulam as demais categorias de trabalho daquele país.

As leituras acadêmicas divergem acerca de como o Estado brasileiro posicionado frente a esses modelos. Diversos autores pontuam o caráter ambíguo do tema da prostituição nas esferas governamentais, marcado por contradições e incoerências. Olivar & Corrêa (2013) argumentam que as ações do setor público neste campo são pautadas por disputas e paradoxos, não sendo possível assinalar um alinhamento claro com as perspectivas abolicionistas ou trabalhistas. Os autores pontuam que as diferentes orientações nas políticas públicas destinadas às prostitutas no Brasil, permitem caracterizar uma postura razoavelmente “neutra” do Estado em relação a um amplo espectro de forças políticas antagônicas.

Piscitelli (2013, 2014) possui uma análise distinta. A autora também entende que a discussão internacional sobre o tema é marcada por orientações frequentemente antagônicas. Entretanto, afirma que, embora existam posicionamentos destoantes em alguns segmentos do Estado, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres situa-se como *locus* privilegiado de atuação e diálogo com correntes vinculadas ao feminismo abolicionista.

Também destaca que os posicionamentos distintos não são suficientes para transformar os ordenamentos legais e jurídicos de cunho abolicionista. Ao contrário, o Estado adota cada vez mais o debate das agendas internacionais abolicionistas sobre Tráfico de Pessoas, como nos mostra a modificação do Código Penal de 2009 (Piscitelli 2013). Nesse sentido, conclui que, por trás da aparente relação de neutralidade, prevalece a tendência abolicionista nas políticas de Estado empregadas na questão da prostituição.

De fato é complexa a análise do posicionamento do Estado sobre tal temática. Essa dificuldade pode ser entendida primeiramente pela própria característica dinâmica do Estado, que, apesar de apresentar-se publicamente como conjunto coerente e singular, é antes uma arena para forças dinâmicas e mutáveis, perseguindo seus interesses através da disputa pela hegemonia na consecução das políticas públicas (Souza Lima, 2002). Em segundo lugar, porque, em especial na questão da prostituição, a existência de contradições, imprecisões legais e processuais dentro das diversas esferas governamentais constituem a natureza do *modus operandi* do Estado sobre esse

tema. No Brasil sempre houve grande dificuldade em adotar leis e políticas claras sobre a prostituição, sendo comum haver divergências entre as legislações nacionais e as práticas de governos locais no trato do tema.

Diferentemente de outros países europeus e latino-americanos, por exemplo, o Brasil nunca adotou formalmente uma legislação regulamentarista, embora haja um relevante registro de aplicação das políticas de criação e regulação de “zonas de tolerância” desde o início do século XX. As “zonas” são territórios constituídos por grande número de estabelecimentos de prostituição, onde os governos locais não só são coniventes com essa prática ilegal, como muitas vezes também são gestores desses espaços⁹³. Há uma lógica de “bem-estar” social que justifica o confinamento: a prostituição seria um “mal necessário”, embora moralmente reprovável, cumpre a função de controle da sexualidade masculina. Sendo assim, a prostituição deve estar isolada em áreas distantes do convívio da cidade legal⁹⁴, ao mesmo tempo em que é submetida ao controle médico e sanitário das autoridades públicas.

Mesmo na reelaboração do código penal ocorrida em 1940, quando o Brasil assume formalmente a legislação abolicionista, as políticas regulamentaristas de criação e controle sanitários das zonas de tolerância não diminuem. Estas passam a ser acompanhadas de práticas proibicionistas, principalmente a perseguição de prostitutas por agentes do Estado – em especial membros da polícia e das prefeituras municipais.

Assim, coexistem de forma ativa no Estado brasileiro a hegemonia de um discurso oficial abolicionista, fortalecido pela pressão de grandes articulações feministas e trados internacionais sobre o tema, e uma eficiente prática regulamentarista. Essa discrepância entre os ordenamentos legais (abolicionistas) e a gestão dos governos locais (pautados por práticas regulamentarista não pode ser traduzida como incoerência). A inexistência de uma prática coesa é funcional para que o Estado possa estabelecer diversas frentes de diálogos com as distintas forças políticas que se preocupam com esse tema, sem ter que se posicionar claramente.

⁹³ Sobre a constituição de Zonas de tolerância em diversas regiões do Brasil ler: Mazzariol (1977), Dias Junior (2015), Tavares (2014).

⁹⁴ *Cidade legal* é um termo recorrente em estudos urbanísticos e diz respeito à parcela da cidade que está em acordo com as leis de urbanização e habitação, bem como em consonância com o plano diretor. É utilizado em muitos contextos como oposição à noção de “cidade real” que, na sua utilização usual, inclui áreas de ocupações, moradias irregulares, periferização da cidade e zonas marcadas por trabalhos ilegais e ilícitos. Antes de ser uma definição que busca mapear a legalidade ou irregularidade das áreas urbanas, ela se preocupa com o plano simbólico associado à regularização fundiária, ou seja, a disputa pelos “usos da cidade” e a estipulação daquilo que se entende como “centro” e “periferia” (Maricato, 1996).

Assim sendo, argumento que no Brasil não há, em realidade, contradição entre a aplicação de um ou outro modelo de regulação da prostituição, e sim um mútuo fortalecimento entre cada uma das práticas. Exemplo: a influência da perspectiva abolicionista dentro do governo, em especial na Secretaria de Políticas para as Mulheres, dificulta a participação das prostitutas nas esferas governamentais e a formulação de políticas públicas que garantam direitos trabalhistas e civis para esse segmento. Por outro lado, não há esforço para levar a cabo ações efetivamente abolicionistas, como, por exemplo, aquelas destinadas à proteção das “vítimas” da prostituição, ou que incentivem o cumprimento da legislação que penaliza estabelecimentos de prostituição.

Tal cenário abre espaço para o fortalecimento de práticas regulamentaristas em escala regional, na qual a criminalização de estabelecimentos de prostituição ocorre apenas quando estes afetam os interesses do setor imobiliário e/ou de camadas oportunisticamente preocupadas com os “perigos morais” do meretrício (Mazzariol, 1977). Em alguns casos é possível observar a criação de leis municipais que, mesmo implicitamente, contribuem para ampliar a tendência regulamentarista no Estado Brasileiro. Em Campinas, por exemplo, após a consolidação da zona de prostituição do Jardim Itatinga na primeira metade da década de 1970, cria-se em 1978 uma lei proibindo a existência de hotéis de curta permanência – motéis – no centro da cidade, coibindo assim a prática da prostituição fora dos espaços delimitados da zona.

É certo que, conforme argumentam Olivar e Correa (2013), há importantes ações que sinalizam a tentativa de abertura de espaço para a perspectiva trabalhista dentro das esferas governamentais. Podemos citar as políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS desenvolvidas pelo governo brasileiro desde fins da década de 1980, as quais cumpriram papel fundamental na estruturação do movimento organizado das prostitutas brasileiras.

Influenciado pelo espírito da redemocratização desde fins dos anos 1980, o Ministério da Saúde apostou na formulação de políticas de saúde em parceria com setores organizados da sociedade civil. Na área de enfrentamento ao HIV/AIDS, estabeleceu-se uma relação duradoura entre diversos setores engajados na resposta rápida à disseminação do vírus e nos cuidados aos portadores, de forma que o Plano Nacional de DST/AIDS incluiu o movimento organizado de prostitutas (Corrêa et. al 2011). Neste período, o foco das políticas públicas aplicadas foi fortalecer a organização das trabalhadoras sexuais a partir da metodologia de *educação entre pares*, pela qual as

profissionais do sexo eram capacitadas para serem agente multiplicadoras de informações de prevenção e enfrentamento às doenças sexualmente transmissíveis. Após 1998 as políticas públicas no campo das DST/ AIDS no Brasil, passam a incorporar de forma mais sistemática a agenda dos direitos humanos, assumindo o combate aos estigmas contra a profissional do sexo e propondo ações para garantir direitos civis, inclusive trabalhistas. Surgem nesse momento diversas campanhas e iniciativas defendendo explicitamente a perspectiva trabalhista da prostituição.

Entretanto, apesar da grande importância das políticas de saúde enquanto *locus* do discurso trabalhista na esfera governamental, trata-se de uma frente isolada, cuja autonomia vem sendo restringida face ao fortalecimento das instituições vinculadas ao abolicionismo e ao crescente conservadorismo da sociedade brasileira, expresso em um congresso nacional nos quais pautas como a das prostitutas dificilmente conquistarão avanços⁹⁵. Nesse sentido, pode-se considerar as progressistas políticas de resposta ao HIV/AIDS junto às profissionais do sexo como “zonas de tolerância” dentro do Estado, onde a perspectiva trabalhista possui espaço desde que não ultrapasse as fronteiras de um tema por excelência regulamentarista: o controle epidemiológico.

Em relação às demais áreas das políticas públicas nacionais, conforme nos mostra o Estudo “Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil” (ABIA, 2013), o tema da prostituição aparece apenas de forma secundária e invariavelmente vinculado à problemática do turismo sexual, do tráfico de pessoas e da exploração sexual de crianças e adolescentes. É possível afirmar que as políticas públicas só incidem para esse segmento quando as prostitutas são consideradas vítimas de violações, em especial aquelas que dizem respeito à infância e à circulação de pessoas.

Por esta razão é possível dizer que, com exceção feita aos projetos vinculados à área da saúde, a prostituição de pessoas adultas passou a ser objeto de políticas públicas apenas após o ano de 2006, quando foi elaborada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas⁹⁶, e fortalecida após a construção do I e II Plano Nacional de

⁹⁵ Em 2013, o então Ministro da Saúde Alexandre Padilha (PT) manda censurar a recém lançada campanha “Sem vergonha de usar camisinha”, desenvolvida pelo Departamento de DST, HIV e Hepatites Virais. Essa campanha foi fruto de oficinas de comunicação e saúde realizadas com prostitutas de diversos estados brasileiros e que resultou em cartazes com frases sobre direitos e autoafirmação da prostituição, como a frase: “Sou feliz sendo prostituta”.

⁹⁶ A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi a primeira ação nacional neste campo alinhada ao Protocolo de Palermo. Esse documento já contempla diretrizes para a construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas e também insere diretrizes para a atuação tanto nas frentes de criminalização, mas também de prevenção e atenção às vítimas do tráfico de pessoas. No ano

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos anos de 2008 e 2013. Embora essas agendas tenham inovado ao contemplar o acolhimento e a assistência às vítimas do tráfico de pessoas, diversos estudos mostram sua ineficiência para alcançarem os objetivos traçados, argumentando que tais políticas funcionam como medidas de contenção do fluxo migratório entre países do norte e sul, em especial da imigração irregular das trabalhadoras sexuais (Lorenkron e Piscitelli, 2015).

Quando realizamos uma análise etnográfica das esferas governamentais, é possível observar pequenas tentativas de se inserir a perspectiva trabalhista nesses espaços. Em janeiro de 2015, a Articulação Norte Nordeste de Profissionais do Sexo (ANNPS) solicitou audiência à Secretaria de Políticas para as Mulheres com o objetivo de inserir as profissionais do sexo em suas ações, reivindicando políticas públicas não abolicionistas e específicas para esse segmento. Partindo de uma leitura feminista da prostituição, a ANNPS solicita: i) a inclusão de informações sobre as profissionais do sexo dentro do campo “Diversidades”⁹⁷ dessa secretaria; ii) a inserção de informações sobre o Código Brasileiro de Ocupações⁹⁸; iii) a construção de um grupo de trabalho sobre a temática da prostituição para debater o tema “prostituição e direito ao corpo”; iv) a inclusão da pauta do movimento de prostitutas nas conferências nacionais, estaduais e municipais de política para as mulheres; v) políticas públicas com o objetivo de empoderar as mulheres profissionais do sexo no tema do feminismo⁹⁹.

A reunião não obteve êxito diante de seus objetivos. Após dez meses de sua realização, a ANNPS não recebeu respostas sobre nenhum encaminhamento e nem mesmo obteve acesso à ata da audiência e aos seus desdobramentos. Segunda Helena, ativista prostituta da ANNPS participante do encontro, algumas representantes das SPM demonstraram resistência às reivindicações das prostitutas e afirmaram a necessidade de realização de um debate interno à SPM para discutirem o tema da prostituição. Dos efeitos nulos, o acontecido chama a atenção devido à elaboração de uma plataforma

de 2006, há a criação do Posto Avançado de Acolhimento ao Brasileiro Deportado, no Aeroporto Internacional de Guarulhos (São Paulo) para prestar atendimento e orientações às pessoas deportadas vítimas de tráfico de pessoas.

⁹⁷ Coordenação Geral da Diversidade da SPM é responsável por planejar e articular ações para incorporar a diversidade das mulheres nas políticas públicas desenvolvidas pela SPM e por outros Ministérios. São segmentos prioritários nestas articulações: negras e quilombolas, LBT (lésbicas, bissexuais e transexuais), mulheres com deficiência, indígenas, jovens e idosas.

⁹⁸ A CBO é um registro do Ministério do Trabalho brasileiro que tem como finalidade a identificação das ocupações exercidas no mercado de trabalho. Tem a intenção de uniformizar as referências e dados dos registros administrativos. Trata-se de um registro de ordem administrativa e não se estende às relações de trabalho. Desde 2002 consta a atividade “profissionais do sexo” nesse cadastro de ocupações.

⁹⁹ Ofício ANNPS 02/2015, “Agendamento de Reunião com SPM”. Arquivo pessoal

feminista não abolicionista por entidades de prostitutas, disputando assim a entrada do movimento nas esferas do feminismo institucional. Até o momento, embora houvesse a aproximação de organizações de prostitutas dos debates e de grupos feministas, não havia a afirmação explícita de uma identidade feminista por parte deste movimento. Isso significa pensar que as férteis articulações regionais entre prostitutas e feministas vem abrindo campo para a construção conjunta de plataformas, que lentamente engendram a disputa por espaços dentro do denso cenário abolicionista característico do feminismo institucional.

Internamente à SPM é possível mapear algumas posturas destoantes do neo-abolicionismo. Uma ex-funcionária do órgão, entrevistada para essa pesquisa, informou que em 2013 algumas técnicas da SPM tentaram iniciar um debate interno sobre o trabalho sexual, afirmando a importância de discutir o estigma contra a prostituta e a ineficiência do atual regime jurídico abolicionista em combater a vulnerabilidade das mulheres prostitutas. Houve uma resposta negativa por parte da coordenação superior, justificado pela potencial discórdia que o tema provoca, e que, por isso, é uma problemática que deve ser evitada¹⁰⁰. (nota)

Segundo essa colaboradora, essas técnicas encontraram maior abertura para esse debate no Ministério da Justiça, especificamente Comissões Interministeriais formadas em torno das Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Isso porque, como já analisado anteriormente, a construção da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, chefiada pelo Ministério da Justiça, segue os ordenamentos do Protocolo de Palermo, pelo qual é possível fazer uma diferenciação entre a migração para o trabalho sexual e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Essa diferenciação escapa do argumento abolicionista clássico, para o qual não é possível falar em direitos de migração dentro da prostituição, uma vez que essa é em si mesma sempre uma relação de exploração.

Entretanto, mesmo havendo espaços dentro de algumas arenas executivas do Ministério da Justiça para se pensar a prostituição como uma forma de trabalho passível de direitos, a inadequação legal entre Código Penal e Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como a confusão conceitual sobre o sentido de “exploração sexual”, faz com que na prática as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas não

¹⁰⁰ Entrevista Sarah, maio de 2015.

reconheçam essa diferenciação e atuem segundo o código penal abolicionista (Lorenkoll, 2014).

Assim, é possível afirmar que existem espaços de atuação de ativistas defensores da perspectiva trabalhista dentro das esferas governamentais. Essas pressões aumentam à medida que se fortalecem as alianças políticas entre organizações de prostitutas e pequenos grupos políticos locais, incluindo grupos feministas. Entretanto, acredito que esse debate ainda é realizado em pequenas “zonas de tolerância”, sem que isso abale a hegemonia abolicionista do discurso oficial de Estado.

Considerações Finais

Retomando as principais ideias expostas acerca da atualidade do diálogo entre prostituição e feminismo concluímos que, apesar do recente fortalecimento da perspectiva abolicionista, é crescente a expressividade de grupo e ações feministas engajadas com a defesa dos direitos das profissionais do sexo.

Essas vozes destoantes, reflexos de um “rejuvenescimento” do feminismo, não encontram espaços dentro das esferas institucionais, em especial na formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Um dos elementos levantados para explicar esse paradoxo é a relação de proximidade entre um importante setor do feminismo nacional – a Marcha Mundial das Mulheres – e o governo brasileiro. A coincidência de militância partidária contribui para que esses grupos estabeleçam entre si uma relação de “proteção”: o governo garante grande representatividade dessa organização e de suas pautas no principal órgão voltado às ações junto às mulheres ao mesmo tempo em que o movimento esquiva-se dos posicionamentos contrários ao governo, seja pela exigência de maior efetividade dos Planos Nacionais de Política para as Mulheres, seja para criticar as opções da política macroeconômica.

Tendo em vista o protagonismo da Marcha Mundial das Mulheres na proclamação de um discurso neo-abolicionista de enfrentamento à prostituição, sua participação neste arranjo político junto ao governo federal resulta em isolamento do movimento de prostitutas dos espaços governamentais, dificultando a inserção de suas pautas nas esferas institucionais.

Talvez um dos elementos mais preocupantes dessa configuração política seja o vácuo de direitos que as articulações abolicionistas impõem às mulheres que exercem o trabalho sexual. O esforço em frear as reivindicações de organizações de prostitutas empenhadas no reconhecimento do trabalho sexual leva à omissão do Estado para com

a categoria, impedindo a formulação de quaisquer políticas destinadas ao combate à violência e ao estigma aos quais essas trabalhadoras estão submetidas.

Exceção feita às ações na área da saúde e às políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, pode-se dizer que no Brasil não há políticas públicas específicas para esse segmento, pela garantia de seus direitos laborais, ou mesmo para proteção às “vítimas” da prostituição (Murray, 2014). O hiato de políticas para as prostitutas faz com que se perpetuem as práticas regulamentaristas do Estado, destacando-se as ações violentas de confinamento e regulação da prostituição.

A despeito dessa blindagem institucional, as demandas do movimento de prostitutas vêm ganhando força, especialmente nos contextos cotidianos do fazer política. A forte explosão da pauta da sexualidade nas mobilizações feministas a partir de 2011 fez com que novamente grupos feministas identificassem suas “pautas gerais” – nesse caso a violência sexual – com as bandeiras defendidas pelas prostitutas, marginalizadas e excluídas dos espaços tradicionais de política.

Novamente assistimos a uma oxigenação do debate feminista a partir da conexão com grupo de mulheres da periferia, exercitando a complexa prática política de vincular leituras gerais e a valorização da experiência e da auto-organização das mulheres. A perspicácia de refletir sobre as teorias política à luz das necessidades reais das mulheres é um dos elementos do feminismo nacional que é valorizado internacionalmente. Devemos essa herança em grande medida a grupos feministas que também fundaram a Marcha Mundial das Mulheres. Entretanto, acredito que há uma omissão dessa organização em relação às demandas das prostitutas, onde há a valorização de uma leitura política mais ampla em detrimento do protagonismo experiência das mulheres prostitutas. . A partir de determinada leitura política, a MMM apresenta-se publicamente como adversária de outras organizações de mulheres, colocando-se de lado oposta à reivindicação de um movimento constituído em sua quase totalidade por mulheres provenientes das camadas populares.

A aproximação de ativistas e grupos feministas também traz mudanças importantes nas organizações de prostitutas. No caso do GEMPAC não é possível observar expressiva incorporação das demandas das prostitutas dentro das articulações feministas. Entretanto, a aproximação desses espaços faz com que essa organização assuma internamente as principais pautas do movimento feminista, fazendo uma leitura das suas experiências na prostituição a partir da análise das desigualdades entre os sexos. Nessa leitura, diferentemente da perspectiva abolicionista, a prostituição é

percebida como o lugar onde adquiriram maior autonomia política e social, e o estigma da prostituta é entendido como o produto de uma lógica social que busca controlar a sexualidade feminina.

No caso da Associação Mulheres Guerreiras, de forma diferente, a aproximação com grupos feministas os motiva a realizarem o debate sobre trabalho sexual, promovendo um deslocamento na tradicional postura feminista de não pautarem o tema por receio de divergências com as correntes hegemônicas do feminismo. Há regionalmente uma significativa articulação entre “o feminismo” e movimento de prostitutas.

Também o discurso da organização de prostitutas passou a incorporar a irreverência contida no dizer das coisas íntimas, na sexualidade e no prazer. Essa transformação de um movimento de “profissionais do sexo” para “movimento de puta” já era defendida pela ONG Davida, mas toma fôlego nas organizações estudadas após esse ressurgimento do feminismo jovem que abre espaço para os debates da sexualidade.

Aparentemente, o movimento feminista popular sempre teve dificuldade de trabalhar de forma conjunta as pautas sobre economia e trabalho com uma análise sobre corpo e sexualidade. Nesse sentido, o “movimento de putas”, fruto da fusão entre a mobilização de prostitutas e uma leitura feminista sobre a sexualidade feminina, apresenta-se como importante forma de pensar a política feminista, articulando as demandas concretas de mulheres trabalhadoras e a regulação da sexualidade feminina.

Bibliografia

ABIA, 2013, “Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil”. (Rio de Janeiro: ABIA). Disponível em: http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2014/03/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acessado em 8 de outubro de 2015.

Alves, José e Corrêa, Sonia, 2010. “Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: perspectivas históricas, CIPD Cairo, ODM e os PNPM de 2004 a 2007”. Apresentação de Trabalho no IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, 23 a 26 de agosto de 2010.

Alvarez, Sônia, 2000. “A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio” em: Alvares, Sonia y Escobar, Arturo (Org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. (Belo Horizonte: Editor UFMG).

Beijo da rua. Nov. a Dez. de 2005. Jornal Coletivo DAVIDA. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/>. Acessado em 1 de novembro de 2015.

BELELI, Iara e OLIVAR, José, 2011. “Prostituição e mobilidade na mídia brasileira”. Em: Piscitelli, Adriana; Assis, Gláucia e Olivar, José (org). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. (Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu).

- Blanchette, Thaddeus e Silva, Ana Paula, 2012. "On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil." Em: *Dialectical Anthropology*. (Alemanha: Springer), Vol. 36.
- Cardoso, Elizabeth, 2004. "Imprensa Feminista Brasileira pós-1974" em *Estudos Feministas* (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina) Vol. 12, no. Especial.
- Cardoso, Ruth, 2008. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". Em: Sorj, Bila; Almeida In SORJ, B.; ALMEIDA, Maria Hermínia, (orgs). *Sociedade política no Brasil pós-64*. (Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais).
- Carneiro, Sueli 2003. "Mulheres em Movimento" em *Estudos Avançados* (São Paulo) Vol . 17, no. 49.
- Corrêa, Marisa, 1994. *Mulher & Política: Um debate sobre a literatura recente*. (Rio de Janeiro: BIB), n.18.
- Corrêa, Sônia; Pimenta, Cristina; Maksud, Ivia; Deminics, Soraya; Olivar, José, 2011. *Sexualidade e Desenvolvimento: a política de resposta ao HIV-AIDS entre profissionais do sexo*. (Rio de Janeiro: ABIA). Disponível em: [http://www.abiaids.org.br/_img/media/Relat%C3%B3rio%20Sex%20e%20Desenv%20\(site\)pt.pdf](http://www.abiaids.org.br/_img/media/Relat%C3%B3rio%20Sex%20e%20Desenv%20(site)pt.pdf). Acessado em 2 de novembro de 2015
- Corrêa, Sonia e Olivar, José Miguel, 2014. "The Politics of Prostitution in Brazil: Between 'state neutrality' and 'feminist troubles'". Em: *The Business of Sex, by Laxmi Murthy and Meena Saraswathi Seshu* (Nova Dehli: Zubaan).
- Costa, Cláudia. "O Sujeito no Feminismo: revisitando debates", em: *Cadernos Pagu*. (Campias: Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp/PAGU), no. 19.
- Dagnino, Evelina, 2004. "Sociedade Civil, participação e cidadania: do que estamos falando?" Em Daniel Mato (org.). *Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización*. (Caracas: FACE).
- Dias Junior, José, 2014. "Entre Cabarés e Gafeira: um estudo das representações boemias em Belém do Pará (1950-1980)". Tese de Doutorado. Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- Faria, Nalu, 2005. "O feminismo Latino-americano e Caribenho: perspectiva diante do Neoliberalismo", em: Faria, Nalu (org). *Desafios do livre mercado para o Feminismo*. (São Paulo: SOF-Sempreviva Organização Feminista).
- Godinho, Tatau, 1998. "O PT e o feminismo", em: Borba, Ângela; Faria, Nalú; Godinho, Tatau (org.), *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. (São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo)
- Gohn, Maria da Glória, 2007. "Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático". Em: *Política e Sociedade*. (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina), no. 11.
- Gohn, Maria da Glória, 2011. "Movimentos Sociais na Contemporaneidade". In: *Revista Brasileira de Educação*. (Rio de Janeiro: ANPED), Vol. 16, n. 47.
- Gonçalves, Renata, 2009. "Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero". *Lutas Sociais*. (São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo), no. 21/22.
- Gregori, Maria Filomena, 1993. *Cenas e Queixas*. (São Paulo: ANPOCS)
- Haddad, Tathiana 2007. "Diplomacia pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)". Dissertação de Mestrado. Pontificia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Laclau, Ernesto y Moufee, Chantal. 2004. *Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. (Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica de Argentina)
- Lowenkron, Laura, 2014. "Gênero, Fronteiras e Estado. A construção do tráfico de pessoas em investigações e inquéritos policiais". Relatório apresentado à FAPESP, 2014, processo 2012/11629-4.
- Lowenkron, Laura e Piscitelli, Adriana, 2015. "Categorias em movimento: A gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil". Em *Ciência e Cultura* (São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Vol. 67, no. 2.

Marcha das Vadias Campinas, 2013. “Vadias e Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. 29 de setembro de 2013. Disponível em: <: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2013/09/29/vadias-e-profissionais-do-sexo-unidas-por-respeito/>>. Acessado em 1 de novembro de 2015.

Marcha das Vadias Rios de Janeiro, 2013 “Manifesto: Vadias Porquê?” . Julho de 2013 . Retirado de: <http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/2013/07/manifesto-vadia-por-que.html>). Acessado em 1 de novembro de 2015.

Marcha Mundial das Mulheres 2013. “Declaração: Feminismo em marcha para mudar o mundo”. 31 de agosto de 2013. Retirado de < <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo/>>. Acessado em 1 de novembro de 2015.

Marcha Mundial das Mulheres, 2013. “Fora Vale: MMM realiza ação contra multinacional durante o encontro”. Encontro MMM. 28 de agosto de 2013. Em: <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/28/fora-vale-mmm-realiza-acao-contra-multinacional-vale-do-rio-doce-durante-encontro/> Acessado em 11 de outubro de 2015

Marcha Mundial das Mulheres 2013b. “Sejamos solidárias com as mulheres prostituídas, repudiemos veementemente os proxenetas”. 3 de setembro de 2013. Retirado de: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/03/sejamos-solidarias-com-as-mulheres-prostituidas-repudiemos-veementemente-os-proxenetas/>. Acessado em 1 de novembro de 2015.

MARICATO, Ermínia, 1996. *Metrópoles na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. (São Paulo: Hucitec).

Ministério da Saúde, 2010. “Saúde da Mulher, um diálogo aberto e participativo”. Série B. Textos básicos de saúde . Brasília 2010.

Murray, Laura, 2014. “Victim Management and the politics of protection: between ‘fazer direitinho’ e ‘direitinho’”, em *Revista Ártemis*. (João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba) Vol. 18.

Nogueira, Thais, 2013. “A trajetória da discussão sobre a legalização do aborto no governo executivo brasileiro entre os anos de 2004 e 2010: reflexos da relação movimento feminista e Estado durante o governo Lula”. In: 37º. Encontro Anual da ANPOCS. Aguas de Lindóia (SP). Set. 2013.

Olivar, José M.; Skackauskas, Andreia, 2010. “Prostitutas, feministas e direitos sexuais – diálogos possíveis ou impossíveis?” . Anais IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 32 a 26 de ago. de 2010

Olivar, José Miguel, 2012. “Prostituição feminina e direitos sexuais... Diálogos possíveis?”, em: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, (Rio de Janeiro: Clam) n. 11.

Olivar, José Miguel, 2013. *Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes*. (Rio de Janeiro: EdUERJ).

Olivar, José, 2015. “O dia em que o tráfico chegou na fronteira. Sobre a construção capilar do ‘tráfico’ como um dispositivo compósito da governabilidade de Tabatinga”. Relatório do projeto Temático Trânsito, Crime e Fronteiras: gênero, tráfico de pessoas e mercados do sexo no Brasil. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Oliveira, Guacira, 2015. “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Discursos e Recursos”. Em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1526:plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-discursos-e-recursos&catid=209:artigos-e-textos&Itemid=143. Acessado em 10 de outubro de 2015

ONU, 2000. “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”.

Pastoral da Mulher Marginalizada, s.d. “Quem somos”. Disponível em: < http://www.pmm.org.br/?page_id=2>. Acessado em 1 de novembro de 2015

Pateman, Carole, 1996. “Críticas feministas a la dicotomía público/privado”, em: Castells, Carme (Org.). *Perspectivas feministas en teoría política*. (Barcelona: Paidós).

Pimenta, Fabrícia 2010. “Políticas feministas e os feminismos na Política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)”. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

- Pinto, Céli Regina, 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo).
- Pinto, Céli Regina, 2010. “Feminismo, História e Poder”, em: *Revista Sociologia Política*. (Curitiba: Universidade Federal do Paraná), vol. 18, n.36.
- Pires, Carol, 2011. “Em Carta, Dilma assina compromisso contra o aborto”. *O Estadão*. 15 de outubro de 2010. Redirado de <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257>. Acessado em 11 de outubro de 2011.
- Piscitelli, Adriana, 2002. “Re-criando a categoria mulher?”, em: Algranti, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. (Campinas: Universidade Estadual de Campinas), vol. 48.
- _____, 2008. “Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”, em: *Cadernos Pagu* (Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP), no. 31.
- _____, 2012. “Exploração sexual, trabalho sexual, noções, limites. Texto apresentado no Seminário Corpos, sexualidade e feminilidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Set. de 2012.
- _____, 2013. “Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil”, em: Feldman-Bianco, Bela (org.) *Desafios da Antropologia Brasileira*. (Brasília: ABA Publicações).
- Popinigis, Fabiane e Schettini, Cristiana, 2009. “Empregados do Comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano”. Em : *ArtCultura*, (Uberlândia: Universidade Estadual de Uberlândia), vol. 11, n. 19.
- Ramos, Diana, 2015. “Preta, Pobre, Puta: a segregação urbana da prostituição na cidade de Campinas”. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rodrigues, Almira, 2010. “As relações do movimento de mulheres e os desafios das Secretarias/Núcleos de mulheres de partidos políticos”. Em: CEFEMEA, Artigos e textos, 01 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1558:mulheres-movimentos-sociais-e-partidos-politicos&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146. Acessado em 1 de novembro de 2015
- Sarti, Cynthia, 1988. “Feminismo no Brasil, uma história particular”, em *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo: Fundação Carlos Chagas) n. 64.
- Sarti, Cynthia, 2004. “ O feminismo Brasileiro desde os anos de 1970: Revisitando uma trajetória”, em: *Estudos Feministas*. (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina), vol. 12, n. 2.
- Scott, Joan, 1992. “Experience”, em: Butler, Judith e Scott, Joan (Orgs.). *Feminists Theorize the Political*. (New York: Routledge).
- Secretaria de Políticas Paras as Mulheres, 2005. “Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”. Brasília, 2005. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf> > . Acessado em 10 de outubro de 2015
- SempreViva Organização Feminista, 2014. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. (São Paulo: SOF). Retirado de < <http://www.sof.org.br/2015/04/08/trabalho-corpo-e-vida-das-mulheres-uma-leitura-feminista-sobre-as-dinamicas-do-capital-nos-territorios/>>. Acessado em 1 de novembro 2015.
- Silva, Ana Paula da e GRUPO DAVIDA, 2005. “Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”, em: *Cadernos Pagu* (Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP), no.25.
- Skackauskas, Andreia, 2014. “Prostituição, Gênero e Direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e pastoral da mulher marginalizada”. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP. 2014
- Soares, Vera 1998. “Muitas faces do feminismo no Brasil” em: *Mulher e Política – Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo)
- Souza Lima, Antonio (org.) 2002. *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).

Tavares, Aline, 2014. “A organização da Zona: notas etnográficas sobre a relação de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas –SP”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas

Tornquist, Carmen e Fleischer, Soraya 2012. “Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria”, em: *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina) Vol. 20, n. 1

Documentos de arquivo

Atas do Terceiro Encontro de Profissionais do Sexo (1994). Arquivo DAVIDA. Rio de Janeiro.

Audiovisual

Um beijo para Gabriela. Curta-Metragem 29'. Direção: Laura Murray. Trecho utilizado no texto disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sISSYTGViJc>. Acessado em 12 de outubro de 2015.